

Processo Nº: 5452324-26.2023.8.09.0051

1. Dados Processo

Juízo.....: Goiânia - UPJ Varas dos Feitos Relativos a Organização

Criminosa: 1ª e 2ª

Prioridade.....: Réu Preso

Tipo Ação.....: PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal -
Procedimento Ordinário

Segredo de Justiça.....: NÃO

Fase Processual.....: Conhecimento

Data recebimento.....: 19/07/2023 00:00:00

Valor da Causa.....: R\$

2. Partes Processos:

Polo Ativo

MINISTERIO PUBLICO

Polo Passivo

IGOR AQUINO DA SILVA

ADAILSON FREIRE PEREIRA DA SILVA

ALEF MANGUEIRA SEVERINO PEREIRA

BRUNO LOPEZ DE MOURA

CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA

ICARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS

JESUS EMILIANO TRINDADE FLORES

LUIS FELIPE RODRIGUES DE CASTRO

PEDRO HENRIQUE AZEVEDO PEREIRA

ROMARIO HUGO DOS SANTOS

SIDCLEY FERREIRA PEREIRA

THIAGO CHAMBO ANDRADE

THONNY ANDERSON DA SILVA CARVALHO

VICTOR YAMASAKI FERNANDES

Continuação do Relatório Técnico n. 126/0043/011/30473/20JUN2023/CSI-MPGO

24	ARQ_EXTRAÇÃO\30473CSI024\UFED Apple iPhone 8 Plus (A1897) 2023_06_01 (001)\AdvancedLogical File System 01\Apple_iPhone 8 Plus (A1897).zip	69f271836c11d6e3268523d737681463cc4bb7f9
	ARQ_EXTRAÇÃO\30473CSI024\UFED Apple iPhone 8 Plus (A1897) 2023_06_01 (001)\Logical 01\Apple_iPhone 8 Plus (A1897).zip	a359f0e5a6c036b2c29bd3a734dd6d03f64b7d14
	30473CSI024.ufdr	7aa5e6d42c294c290ec58414483e728dd92026db
	IPED\30473CSI024\Lista de Arquivos.csv	dae4489c7b99d8032c4bb23b706eb0ff1e9a36c1
-	IPED_LOGS.zip	2c12811e6c416415b50b3bc551c1ddf41271191a

Obs.: Os arquivos identificados como “Arquivo de Extração” permanecem exclusivamente armazenados na CSI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados extraídos foram armazenados na mídia anexa e podem ser analisados por meio da ferramenta IPED² (aplicativo “IPED-SearchApp.exe”) presente na pasta do vestígio. Por tratar-se de extração de celular, também é possível realizar a etapa de análise por meio do software Cellebrite Reader³ (CellebriteReader.exe).

Quanto às extrações, esclarece-se:

- Pode haver diferença entre o quantitativo de conteúdo obtido/decodificado na aquisição realizada e o que está diretamente presente no aparelho celular. Isso pode ocorrer em decorrência de limitações técnicas enfrentadas pelo tipo de extração disponível, modelos e sistemas dos aparelhos, do suporte ou não aos aplicativos instalados, presença de criptografia, etc., como também em decorrência da recuperação de dados apagados;
- As categorias de dados criadas para pré-classificar o conteúdo existente nas extrações nem sempre serão as mesmas para todos os vestígios, já que dependem da existência de dados associados a elas.

2 É necessário JAVA 64 bits atualizado no computador de análise para executar a ferramenta IPED.
3 Haverá diferenças entre as decodificações de aparelhos celulares realizadas pela ferramenta Cellebrite (ferramenta comercial, desenvolvida e mantida por empresa Israelense) e pela ferramenta IPED (ferramenta de código aberto desenvolvida por técnicos da Polícia Federal do Brasil). Cada ferramenta possui seus pontos positivos e negativos, sejam eles relacionados ao desempenho, funcionalidades, facilidade de interação, etc. A decodificação realizada pela ferramenta Cellebrite é atualmente a que mais replica todas as características do aplicativo WhatsApp.

[Handwritten signature]

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:42

Continuação do Relatório Técnico n. 126/0043/011/30473/20JUN2023/CSI-MPGO

Destaca-se que no IPED as conversas referentes ao aplicativo WhatsApp podem ser visualizadas por meio da filtragem da categoria “Chats”⁴, presente no menu lateral esquerdo na **ferramenta**. Além disso, informa-se que foram utilizados dois tipos de decodificação para os aplicativos de conversa, um que replica o trabalho de decodificação realizado pelo Cellebrite e um interno, do próprio indexador. Subdivisões dentro da categoria “Chats” permitem filtrar a opção de decodificação desejada (Ex.: “WhatsApp Cellebrite”, “WhatsApp IPED”).

O IPED passou a transcrever arquivos de áudio automaticamente. Por serem transcrições baseadas em algoritmos, nem sempre as taxas de precisão serão assertivas, entretanto possibilitam a utilização de busca textual, por meio da barra “Pesquisar”, facilitando a triagem inicial.

Os manuais de utilização tanto do IPED e quanto do Cellebrite Reader encontram-se disponíveis na mídia para consulta.

Cumpridas as diligências aparentemente necessárias para o objetivo determinado, emite-se o presente relatório, frisando-se que esta equipe está à disposição para eventuais atos complementares que se entender pertinentes.

Os arquivos permanecem armazenados pela CSI.

Goiânia, 20 de junho de 2023.



Matrícula CSI-MPGO nº 011

⁴ A ferramenta IPED ainda não sinaliza graficamente as mensagens WhatsApp oriundas de encaminhamento de outra conversa (opção “encaminhar”) ou geradas em resposta à outra mensagem (opção “responder”). Mensagens que foram recuperadas pela extração Cellebrite também não estarão sinalizadas como recuperadas no indexador.

Continuação do Relatório Técnico n. 126/0043/011/30473/20JUN2023/CSI-MPGO

Anexo C - Orientações gerais para cópia de mídia e abertura de arquivos.

- **Cópia dos dados:**
 - Para copiar os dados da mídia em anexo A para uma outra mídia, faz-se necessário que o dispositivo destino possua capacidade maior ou igual a mídia de origem. O dispositivo destino deve estar formatado com o sistema de arquivos NTFS.
- **Abertura de arquivos comuns:**
 - Para reproduzir arquivos de áudio no formato “opus” é necessário que esteja instalado, na máquina, codec de áudio compatível com o formato. É possível instalar pacote de codec propriamente dito (exemplo, *K-Lite_Codec_Pack*) ou aplicativos de reprodução, como o aplicativo AIMP (torná-lo aplicativo de abertura padrão).
 - Para reproduzir arquivos de vídeo no formato “mp4”, é necessária instalação de aplicativo reprodutor associado, como: VLC Media Player, Media Player Classic, GOM Player.





Poder Judiciário do Estado de Goiás

COMARCA DE GOIÂNIA

UPJ RELATIVA À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Fórum - Av. Olinda, Qd. G Lt. 04 Fórum Cível Dr. Heitor de Moraes Fleury 0 ,10º Andar, Sala 1015 e Área Externa, Sala da Banca 11, sala 517, 5º andar, PARQUE LOZANDES, 62 3018-8423, GOIÂNIA - GO, CEP: 74884120, TEL: (62) 3018-8423.
e-mail: organizacaocriminosa@tjgo.jus.br



PROCESSO: 5452324-26.2023.8.09.0051

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, os presentes autos encontram se aguardando a devolução das cartas precatórias dos acusados, conforme tabela abaixo. Por está razão, faço a inserção de um decurso de prazo.

AGUARDANDO DEVOLUÇÃO

Tipo	Responsável	Data Início	Resolver
1 Carta Precatória - Cleber Vinicius Rocha Antunes Da Silva		01/08/2023 17:06:20	
2 Carta Precatória - Igor Aquino da Silva		01/08/2023 17:28:57	
3 Carta Precatória - Luis Felipe Rodrigues De Castro		01/08/2023 18:36:40	
4 Carta Precatória - Luis Felipe Rodrigues De Castro		01/08/2023 18:37:01	
5 Carta Precatória - Sidcley Ferreira Pereira		01/08/2023 18:38:02	

Goiânia-GO, 28 de novembro de 2023.

Laiane Silva Pereira
Analista Judiciário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMARCA DE GOIÂNIA
UPJ RELATIVA À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Fórum - Rua 72, Qd. 15-C, Lt. 15/19 - Fórum Criminal ,Sl. 516, sala 517, 5º andar, Jardim Goias, 62
8423,
GOIÂNIA - GO, CEP: 74805480, TEL: (62) 3018-8423 (WhatsApp).
E-mail: upj.orgcriminosagyn@tjgo.jus.br

CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO
Prazo para cumprimento: 15 (quinze) dias

Processo nº: 5452324-26.2023.8.09.0051

Classe: PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: 11895 - DIREITO PENAL -> Crimes Previstos na Legislação Extravagante -> Crimes Previstos no
Estatuto do Torcedor; 12334 - DIREITO PENAL -> Crimes previstos na Lei da Organização Criminosa -
Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - Lei 12.850/2013

Réu: Bruno Lopez De Moura

Filiação: Elaine Cristine Lopez De Moura

Data de Nascimento: 29/04/1994

Documentos pessoais: CPF: 432.114.018-81

Endereço: Atualmente recolhido no CDP II Guarulhos/SP, CEP 07221-070.

Juiz(a): ALESSANDRO PEREIRA PACHECO

Juízo Deprecante: Juízo de Direito da Vara Relativa Organização Criminosa do Estado de Goiás.

Juízo Deprecado: Juízo de Direito da Comarca de Guarulhos/SP.

O(a) MM(a). Juiz(a) desta Vara Criminal, faz saber que tramita perante este Juízo os autos de Ação Penal acima especificados, na qual figura como réu a(s) pessoa(s) supra indicadas, e como existem diligências a serem realizadas nessa cidade, DEPRECA a Vossa Excelência que, após exarar o vosso r. cu determine que seja realizada a CITAÇÃO do(a) réu supra qualificado para que responda à acusação por escrito, através de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, bem como para comparecer a todos os demais atos e termos do processo, entregar a respectiva contrafé.

No ato da citação, o réu deverá ser advertido de que a resposta à acusação deve ser apresentada por advogado e, caso não tenha condições financeiras para constituir defensor, informar ao oficial de justiça o interesse para que lhe seja nomeado um defensor dativo, constando essa informação na certidão de citação.

Cumprida, restituir a presente, prestando mais este serviço à justiça.

Observação: o presente feito tramita no sistema PJD deste Tribunal. Segue o código de acesso ao íntegra do processo:

Este é o código de acesso do processo número 5452324-26.2023.8.09.0051 para a parte Bruno Lopez De Moura.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª e 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO DE PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:46
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MIGUEL GOMES DE SOUSA JUNIOR Protocolado em 02/08/2023 às 10:18:48, sob o número 1037905-29.2023.8.26.0224. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjgo.jus.br/esaj>, informe o processo 1037905-29.2023.8.26.0224 e o código de acesso 1037905-29.2023.8.26.0224.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:46



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARULHOS
FORO DE GUARULHOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA JOSÉ MAURÍCIO, 103, Guarulhos-SP - CEP 07011-060
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Réu Preso

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital

Processo Digital nº: 1037905-29.2023.8.26.0224 - Controle 1061/2023
Classe – Assunto: Carta Precatória Criminal - Citação
Autor e Autor: Justiça Pública Ministério Público do Estado de Goiás
Réu: Bruno Lopez de Moura
Valor da Causa: Valor da Ação << Informação indisponível >>
Nº do Mandado: 224.2023/071647-4

Bruno Lopez de Moura

22 AGO 2023 Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação ao (a):

Réu: BRUNO LOPEZ DE MOURA, Brasileiro, Solteiro, Atleta Profissional, CPF 43211401881, com endereço à CDP II DE GUARULHOS, Guarulhos - SP

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R\$ *

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Caio Ferraz de Camargo Lopasso

ADVERTÊNCIA: 1. PROCESSO DIGITAL: A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha [REDACTED]. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2. PROCESSO FÍSICO:** A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.
Guarulhos, 03 de agosto de 2023.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por VERA LUCIA GONCALVES DA SILVA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1037905-29.2023.8.26.0224 e o código BC2C529.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:46

Bulgarelli-Sociedade de Advogados

TERMO DE INCLUSÃO DE FIEL DEPOSITÁRIO

O requerente, já qualificado nos autos em epígrafe de **BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO LIMINAR**, por seu advogado ao final assinado, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, que seja o requerente nomeado depositário fiel do bem apreendido, na pessoa de um dos seus representantes a seguir qualificados, ou ainda na pessoa dos representantes indicados no momento da apreensão: Thais Moura Alves, RG Nº 49.203.699-X, Rogerio Sanches Valejo RG 22.143.067-2, Fabio Augusto Amianti RG: 28.5 28.786-2, Jefferson Santos De Souza RG: 28.422.145-4, Andre Luiz Da Silva RG: 29.274.164-9, Paulo Guilherme Sousa RG: 29.075.086-6, Joel Antonio Avelino RG: 17.100.144-8, Joelma Avelino Moretti RG: 23.770.788-3, Jorge Luiz Felix Do Nascimento RG: 35.580.093-7, Hailson Barros Ribeiro RG 53.091.812-2, Sandro Alberto Carneiro - RG: 29.591.740-4, Ronualdo Capelete RG: 18.046.852-2, Robinson Capelete RG 11.161.924, Gilberto Nestor De Oliveira RG: 2.074.059-3, Bruno Atila Malaquias Frison RG:8.452.929 MG, Weliton Souza De Oliveira RG: 36.395.536-7, Plinio Nascimento Rodrigues RG:40.155.769-8, Rubens Ricardo RG: 6.313.750-1, Edson De Almeida Mingone RG 4.704.905-4, Antonio Nailton De Moraes RG 59117271-9, Bruno Oliveira Gomes RG 28.642.753-9, Jefferson Martins Fagundes RG 44.078.827-4, Alexandre Conceição Reis RG:26.428.891-9, Antonio Alves De Brito CPF 638.774.228-53, João Marrichi Filho RG: 5.650.672-7, Felipe Lenzi Saldanha RG: 7937561- 6, Ivaldo Nestor De Oliveira RG: 19.961.523-8, Celso Antônio Claudino RG:17687210-3, Weverton Xavier Correia RG 28601634-5, Fábio De Lima RG 42055466-X, Marcos Roberto Gomes RG: 30021327-X. Luis Ricardo De Queiroz Marques Rg. 32.470.932-8, Rafael Afonso RG: 43.198.588-1, Roberto Pereira Do Nascimento CPF: 089.263.668-80, André Carlos Rodrigues Dos Anjos Lima CPF: 352.778.108.03, Henrique Calimerio Araújo CPF 305.780.148-07, Eduardo Marion Duran Júnior CPF: 215.720.428-85, Marcos Fujiwara RG: 23.073.392-X, Francisco Antônio Quaresma CPF: 054.940.998-06, Luciano Marcelino Quaresma CPF: 114.953.998-42, Alessandro Alves De Souza CPF: 723.030.421.00, Rubens Teixeira Júnior CPF: 084.313.717-73, Rodrigo Bacelar Costa CPF: 001.248.975-17, Alan Rafael Moser CPF: 896.397.159-72, Igino De Araujo Lima Neto CPF: 846.325.343-15, Laudesnei Felipe Brito CPF: 844.620.009-00, Marcos Roberto Do Nascimento Silva CPF:265.263.688-08, Claudenir Ferreira CPF: 077.646.958-40, Sergio Do Rosário Barbosa CPF: 538.606.245-04, Alexandre Rodolfo De Souza CPF:

Rua Vinte e Quatro de Maio, nº 208 - 13º andar - República - CEP: 01041-001 - Tel. (11) 4999-4000.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por FABIO OLIVEIRA DUTRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1005388-05.2022.8.26.0224 e o código 8E4BC1F.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:46



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARULHOS
FORO DE GUARULHOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA JOSÉ MAURÍCIO, 103, Guarulhos-SP - CEP 07011-060
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

fls. 79

Réu Preso

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital

Processo Digital nº: 1037905-29.2023.8.26.0224 - Controle 1061/2023
Classe – Assunto: Carta Precatória Criminal - Citação
Autor e Autor: Justiça Pública Ministério Público do Estado de Goiás
Réu: Bruno Lopez de Moura
Valor da Causa: Valor da Ação << Informação indisponível >>
Nº do Mandado: 224.2023/071647-4

Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação ao (a):

Réu: BRUNO LOPEZ DE MOURA, Brasileiro, Solteiro, Atleta Profissional, CPF 43211401881, com endereço à CDP II DE GUARULHOS, Guarulhos - SP

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R\$ *

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Caio Ferraz de Camargo Lopasso

ADVERTÊNCIA: 1. PROCESSO DIGITAL: A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **wmltd**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2. PROCESSO FÍSICO:** A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.

Guarulhos, 03 de agosto de 2023.



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por VERA LUCIA GONCALVES DA SILVA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1037905-29.2023.8.26.0224 e o código BC2C529.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:46



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO FORO CENTRALDE
UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE GUARULHOS / SP.

Ausência de interesse na
audiência de conciliação.

DISTRIBUIÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA COM PEDIDO DE
LIMINAR - ART. 3º.DO DECRETO-LEI 911/69 – COM REDAÇÃO DO ARTIGO 101 DA
LEI 13.043/14

BANCO VOLKSWAGEN S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no
CNPJ/MF sob o n. 059.109.165/0001-49, com sede em SÃO PAULO – SP, na RUA
VOLKSWAGEN Nº 291, CEP 04344-020, com endereço eletrônico
publica@paschoalotto.com.br, por seu advogado subassinado, nomeado e constituído na forma
dos instrumento de mandato anexos, com endereço profissional na Rua Dr. Olimpio de Macedo,
nº 3-40, Vila Cidade Universitária, CEP 17012-533, Bauru – SP, e telefone (14) 3312- 5312, para
onde devem ser encaminhadas as comunicações de estilo, vem a Vossa Excelência, com fulcro
no artigo 3º do Decreto Lei 911/1969, ajuizar a presente

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO **com pedido liminar**

em face de EDMILSON DA SILVA, Estado Civil desconhecido, Profissão desconhecido,
endereço eletrônico DESCONHECIDO, inscrito no CPF sob nº 375.832.858-60, com endereço
na RUA SAO DOMINGOS DO PRATA, 47, CS 02, VILA BARROS, CEP 07193-160,
GUARULHOS, SP, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

1. DOS FATOS.

As partes firmaram, em 03/02/2022., contrato para financiamento de bem móvel,
garantido por alienação fiduciária, n. 47341296, oriundo da proposta de nº 243472, por meio do
qual o banco demandante concedeu crédito no valor total de R\$ 196.863,60 ao Requerido, que,

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO. Protocolado em 13/04/2023 às 13:45:13, sob o número 1016963-73.2023.8.26.0224. Para acessar os
autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjgo.jus.br/esaj>, informe o processo 1016963-73.2023.8.26.0224 e o código B1D7E50.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:46



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE GUARULHOS
FORO DE GUARULHOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua José Maurício, 103, Sala 13, Centro - CEP 07011-060, Fone: (11) 3443-3801, Guarulhos-SP - E-mail: guarulhos2cr@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: 1037905-29.2023.8.26.0224
Classe - Assunto: Carta Precatória Criminal - Citação
Autor e Autor: Justiça Pública e outro
Réu: Bruno Lopez de Moura
Situação do Mandado: Cumprido - Ato positivo
Oficial de Justiça: João Fernando Sartorelli (18179)

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 224.2023/071647-4 dirigi-me ao endereço **CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II DE GUARULHOS** dia **08/08** às **09:15** horas e aí sendo **PROCEDI À CITAÇÃO** via Teams do réu **BRUNO LOPEZ DE MOURA** que bem ciente ficou exarando sua assinatura após a leitura e entrega da contra fé que lhe ofereci . Face ao exposto devolvo o presente a cartório no aguardo de novas determinações.
O referido é verdade e dou fé.

Guarulhos, 15 de agosto de 2023.

Número de Cotas:0

Carga: 04/08

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO FERNANDO SARTORELLI. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1037905-29.2023.8.26.0224 e o código BD4669C.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:46

quem quer que esteja, devendo constar expressamente do mandado, os benefícios do artigo 212 e parágrafos, bem como das prerrogativas de uso de ARROMBAMENTO E REQUISIÇÃO DE FORÇA POLICIAL, conforme preceitua o art. 846, todos do Novo Código de Processo Civil;

B) Que este r. Juízo se abstenha de incluir quaisquer restrições judiciais no sistema RENAJUD (Circulação, Licenciamento e Transferência), junto ao banco de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM;

C) A citação do(a) requerido(a), após a efetivação da liminar, facultando-se ao mesmo, dentro do prazo de 05 dias, pagar a integralidade do débito, de acordo com o que reza o §2º, do Artigo 3º, da Lei de Regência(Decreto-Lei 911/69); ou para no prazo de 15(quinze), sob pena de revelia, contestar e acompanhar a presente ação, até final decisão;

D) Seja o Autor nomeado depositário fiel do bem apreendido, na pessoa de um dos representantes a seguir qualificados, ou ainda um dos procuradores que ao final se identificam e assinam, ou quem estes indicarem no ato da apreensão;

E) Decorrido o prazo de 05(cinco) dias após executada a liminar, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 3.º do Dec. Lei 911/69, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 56 da Lei 10.931/04, sem que a ré efetue o pagamento da totalidade do débito, consolidar-se-á a propriedade e a posse plena e exclusiva do(s) bem(ns) no patrimônio do banco credor fiduciário livre de ônus, e que nos termos do artigo 2º. com a alteração dada pelo artigo 101 da Lei 13.043/2014, poderá vendê-lo(s), independentemente de leilão, avaliação ou de qualquer outra formalidade e para tanto, deverá ser retirada a restrição registrada no RENAVAM, conforme acima requerido(letra “b”) para fins de transferência da propriedade em nome do banco autor ou a quem este indicar;

F) Requer ainda, que sejam concedidas ao Sr. Oficial de Justiça, as faculdades contidas no parágrafo segundo do artigo 212 e parágrafos, do Novo Código de Processo Civil, para que proceda a apreensão do(s) bem(ns) que será(ao) removido(s) para o depósito do autor, quando também, o (a) réu(ré) deverá entregar os respectivos documentos, conforme preceitua o §14º, do artigo 3º., incluído pela Lei 13.043/ 2014, cuja determinação deverá constar do mandado;

G) Para a hipótese do bem se encontrar em comarca distinta da competência desse juízo, requer desde já conste do mandado a possibilidade de apreensão do bem, independentemente de distribuição de carta precatória conforme preceitua o §10º, também incluído pela citada lei;

H) Requer ademais após a apreensão do bem, a autorização para retirá-lo da comarca nos termos do § 13, do art. 3º incluído pela Lei 13.043/ 2014;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TREMEMBÉ
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA

Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-013, Fone: (12)
2125-7358, Tremembe-SP - E-mail: tremembe1@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: 1001456-06.2023.8.26.0634
Classe – Assunto: Carta Precatória Criminal - Citação
Autor: Justiça Pública e outro
Réu: Luís Felipe Rodrigues de Castro

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos da Portaria 01/2005 da Corregedoria Permanente e do Comunicado CG 1.307/07, determino a serventia:
Encaminhar a presente à Central de Mandados para cumprimento e, após devidamente cumprida, devolver ao Juízo deprecante.

Nada Mais. Tremembe, 02 de agosto de 2023. Eu, ____, André Luís Moraes de Oliveira, Oficial Maior.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:47

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE LUIS MORAIS DE OLIVEIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1001456-06.2023.8.26.0634 e o código 1030288F.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TREMEMBÉ
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA
RUA COSTA CABRAL, 1183, Tremembe-SP - CEP 12120-013
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital

Processo Digital nº: 1001456-06.2023.8.26.0634
Classe – Assunto: Carta Precatória Criminal - Citação
Autor: Justiça Pública e outro
Réu: Luís Felipe Rodrigues de Castro
Valor da Causa: Valor da Ação << Informação indisponível >>
Nº do Mandado: 634.2023/004948-0

Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação ao (a):
Réu: LUÍS FELIPE RODRIGUES DE CASTRO, RG 382612462, CPF 47538505873, mãe Maria Lucimara Rodrigues de Castro, Nascido/Nascida em 07/01/2000, com endereço à Joao de Souza Pereira, 48, (12) 98190-3621 / (12) 99732-0107, Loteamento Jardim Bom Jesus, CEP 12125-111, Tremembe - SP

DADOS DO JUÍZO DEPRECANTE:

Comarca: Goiania - Vara: UPJ - VARA RELATIVA À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
E-mail: upj.orgcriminosagyn@tjgo.jus.br
Endereço: R. 72, s/n - Jardim Goiás, Goiânia - GO, CEP: 74805480, Goiania - GO
Nº Processo na Origem: 5452324-26.2023.8.09.0051
Classe na Origem: Classe de Origem no Juízo Deprecante << Informação indisponível >>
Objeto na Origem: Citação

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Antonia Maria Prado de Melo

ADVERTÊNCIA: 1. PROCESSO DIGITAL: A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **kot8ns**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. 2. PROCESSO FÍSICO: A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.
Tremembe, 03 de agosto de 2023.



Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:47

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GILBERTO TEIXEIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1001456-06.2023.8.26.0634 e o código 10322E86.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TREMEMBÉ
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA

Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-013, Fone: (12)
2125-7358, Tremembe-SP - E-mail: tremembel@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: 1001456-06.2023.8.26.0634
Classe - Assunto: Carta Precatória Criminal - Citação
Autor: Justiça Pública e outro
Réu: Luís Felipe Rodrigues de Castro
Situação do Mandado: Cumprido - Ato negativo
Oficial de Justiça: Gelson Brazil Pereira (29072)

CERTIDÃO – MANDADO CUMPRIDO NEGATIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 634.2023/004948-0 diligenciei por várias vezes na Praça João de Souza Pereira, nº 48, Jd. Bom Jesus, em datas e horários diferentes, onde encontrei o imóvel fechado e aparentemente vazio. Na última diligência lá realizada fui informado pelo Sr. Roberto, tio do réu e morador no imóvel, que o acusado Luis Felipe não reside naquele endereço. Disse que ele mora atualmente na cidade de Taubaté/SP, mas não soube declinar o endereço exato. Liguei para os números de telefones informados, mas não logrei contatar o acusado. As duas linhas apresentam mensagem eletrônica "programado para não receber esse tipo de ligação". Tentei contato via Whatsapp, mas esses números de telefone celular não estão cadastrados na plataforma deste aplicativo de mensagem. Em razão do exposto, e por estar em lugar incerto e não sabido, deixei de citar o réu LUIS FELIPE RODRIGUES DE CASTRO. O referido é verdade e dou fé.

Tremembe, 30 de setembro de 2023, às 10h42.

Número de Cotas: 01

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:47

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GELSON BRAZIL PEREIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1001456-06.2023.8.26.0634 e o código 10A3B3CF.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TREMEMBÉ
FORO DE TREMEMBÉ
1ª VARA

Rua Costa Cabral, 1183, ., Centro - CEP 12120-013, Fone: (12)
2125-7358, Tremembe-SP - E-mail: tremembe1@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: 1001456-06.2023.8.26.0634
Classe – Assunto: Carta Precatória Criminal - Citação
Autor: Justiça Pública e outro
Réu: Luís Felipe Rodrigues de Castro

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Devolver a presente carta precatória ao Juízo de origem.

Nada Mais. Tremembe, 18 de outubro de 2023. Eu, ____, André
Luís Moraes de Oliveira, Oficial Maior.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:47

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANDRE LUIS MORAIS DE OLIVEIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1001456-06.2023.8.26.0634 e o código 10C315EA.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMARCA DE GOIÂNIA
UPJ RELATIVA À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Fórum - Rua 72, Qd. 15-C, Lt. 15/19 - Fórum Criminal ,Sl. 516, sala 517, 5º andar, Jardim Goias, 62 38-8423,
GOIÂNIA - GO, CEP: 74805480, TEL: (62) 3018-8423 (WhatsApp).
E-mail: upj.orgcriminosagyn@tjgo.jus.br

CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO
Prazo para cumprimento: 15 (quinze) dias

Processo nº: 5452324-26.2023.8.09.0051

Classe: PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: 11895 - DIREITO PENAL -> Crimes Previstos na Legislação Extravagante -> Crimes Previstos n
Estatuto do Torcedor; 12334 - DIREITO PENAL -> Crimes previstos na Lei da Organização Criminosa ->
Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - Lei 12.850/2013

Réu: Luis Felipe Rodrigues De Castro

Filiação: Maria Lucimara Rodrigues De Castro

Data de Nascimento: 07/01/2000

Documentos pessoais: CPF: 475.385.058-73; RG:

Endereço: Rua Caminho dos Caquieiros, 654, Quinta das Frutas, Taubaté/SP

Telefone: (12) 98190-3621 e (12) 99732-0107.

Juiz(a): ALESSANDRO PEREIRA PACHECO

Juízo Deprecante: Juízo de Direito da Vara Relativa Organização Criminosa do Estado de Goiás.

Juízo Deprecado: Juízo de Direito da Comarca de Taubaté/SP

O(a) MM(a). Juiz(a) desta Vara Criminal, faz saber que tramita perante este Juízo os autos de Ação Penal acima especificados, na qual figura como réu a(s) pessoa(s) supra indicadas, e como existem diligências a serem realizadas nessa cidade, DEPRECA a Vossa Excelência que, após exarar o vosso r. cumprimento, determine que seja realizada a CITAÇÃO do(a) réu supra qualificado para que responda à acusação por escrito, através de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, bem como para comparecer a todos os demais atos e termos do processo, entregando a respectiva contrafé.

No ato da citação, o réu deverá ser advertido de que a resposta à acusação deve ser feita por advogado e, caso não tenha condições financeiras para constituir defensor, informar ao oficial de justiça seu interesse para que lhe seja nomeado um defensor dativo, constando essa informação na certidão de citação.

Cumprida, restituir a presente, prestando mais este serviço à justiça.

Observação: o presente feito tramita no sistema PJD deste Tribunal. Segue o código de acesso à íntegra do processo:

Este é o código de acesso do processo número 5452324-26.2023.8.09.0051 para a parte Luis Felipe

Para acessar os autos do processo, acesse o site <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:47

Rodrigues De Castro.

O código é único e intransferível ficando a parte responsável por sua guarda, visto que está em acesso inteiro teor das peças processuais.

Para realizar o acesso ao processo siga os seguintes passos:

- 1) entre no site <https://www.projudi.tjgo.jus.br>;
- 2) no canto superior direito da tela, clique na lupa;
- 3) clique na terceira opção: "Processo por Código";
- 4) na tela que se abre, informe o número do processo até o dígito verificador e o código de acesso k5un4@a@dzmwjpw4af .

Goiânia, 1 de agosto de 2023.

ALESSANDRO PEREIRA PACHECO

Juiz de Direito da 2ª Vara Estadual de Repressão ao Crime

Organizado e à Lavagem de Capitais do Estado de Goiás

(Documento assinado digitalmente na forma do art. 1º, § 2º, inciso III da Lei 11.419/2006 e Provimento 21.001 da CGJ/TJGO. Para conferência da autenticidade, utilize o código de validação do documento no site do TJGO).

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MIGUEL GOMES DE SOUSA JUNIOR. Protocolado em 02/08/2023 às 11:04:49, sob o número 1011687-22.2023.8.26.0625. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1011687-22.2023.8.26.0625 e o código 102F3256.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Juiz: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:47



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TAUBATÉ
FORO DE TAUBATÉ
1ª VARA CRIMINAL
Praça Monsenhor Silva Barros s/n, ., Centro - CEP 12020-070, Fone: (12) 2124-9109, Taubaté-SP - E-mail: taubate1cr@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: **1011687-22.2023.8.26.0625 - Contr. 2023/000947**
Classe – Assunto: **Carta Precatória Criminal - Citação**
Autor e Autor: **Justiça Pública e outro**
Réu: **Luís Felipe Rodrigues de Castro**

CERTIDÃO: Ato ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, e art. 196, inciso VI, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, procedo o ato ordinatório de cumprimento, e posterior devolução, da presente deprecata independentemente de despacho, servindo a presente como mandado. Nada mais. Taubaté, 03 de agosto de 2023. Eu, Eloy Nogueira, Coordenador, assinei digitalmente.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:48

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ELOY NOGUEIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1011687-22.2023.8.26.0625 e o código 103166DA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TAUBATÉ
FORO DE TAUBATÉ
1ª VARA CRIMINAL
PRAÇA MONSENHOR SILVA BARROS S/N, Taubaté-SP - CEP
12020-070
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital

Processo Digital nº: 1011687-22.2023.8.26.0625
Classe – Assunto: Carta Precatória Criminal - Citação
Autor e Autor: Justiça Pública e outro
Réu: Luís Felipe Rodrigues de Castro
Valor da Causa: Valor da Ação << Informação indisponível >>
Nº do Mandado: 625.2023/033862-8

Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação ao (a):
Réu: LUÍS FELIPE RODRIGUES DE CASTRO, RG 382612462, CPF 47538505873, com
endereço à dos Caquieiros, 654, Loteamento Quinta das Frutas, CEP 12092-523, Taubaté - SP -
Fone:(12) 98190-3621 e (12) 99732-0107

DILIGÊNCIA: Guia nº * - R\$ *

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Cláudia Calles Novellino Ballesterio

ADVERTÊNCIA: 1. PROCESSO DIGITAL: A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **r66jwg**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. 2. PROCESSO FÍSICO: A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.
Taubaté, 10 de outubro de 2023.



Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:48

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CLAUDIA DE CARVALHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1011687-22.2023.8.26.0625 e o código 10B47A52.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TAUBATÉ
FORO DE TAUBATÉ
1ª VARA CRIMINAL
PRAÇA MONSENHOR SILVA BARROS S/N, Taubaté-SP - CEP
12020-070
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

MANDADO – FOLHA DE ROSTO- Processo Digital

Processo Digital nº: 1011687-22.2023.8.26.0625
Classe – Assunto: Carta Precatória Criminal - Citação
Autor e Autor: Justiça Pública e outro
Réu: Luís Felipe Rodrigues de Castro
Valor da Causa: Valor da Ação << Informação indisponível >>
Nº do Mandado: 625.2023/033862-8

Justiça Gratuita

Mandado expedido em relação ao (a):
Réu: LUÍS FELIPE RODRIGUES DE CASTRO, RG 382612462, CPF 47538505873, com endereço à dos Caqueiros, 654, Loteamento Quinta das Frutas, CEP 12092-523, Taubaté - SP - Fone:(12) 98190-3621 e (12) 99732-0107

DILIGÊNCIA: Guia nº * **- RS ***

Nome do(a) Juiz(a) de Direito: Cláudia Calles Novellino Ballestero

ADVERTÊNCIA: 1. PROCESSO DIGITAL: A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha **r66jwg**. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2. PROCESSO FÍSICO:** A senha do processo possibilita a visualização das peças produzidas na Unidade Judicial.
Taubaté, 10 de outubro de 2023.



Handwritten signature of the judge, Cláudia Calles Novellino Ballestero.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ALESSANDRA FERREIRA MOREIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1011687-22.2023.8.26.0625 e o código 10CBB887.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:48



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TAUBATÉ
FORO DE TAUBATÉ
1ª VARA CRIMINAL
Praça Monsenhor Silva Barros s/n, ., Centro - CEP 12020-070, Fone: (12) 2124-9109, Taubaté-SP - E-mail: taubate1cr@tjisp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1011687-22.2023.8.26.0625**
Classe - Assunto: **Carta Precatória Criminal - Citação**
Autor e Autor: **Justiça Pública e outro**
Réu: **Luís Felipe Rodrigues de Castro**
Situação do Mandado **Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça **Alessandra Ferreira Moreira (28771)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 625.2023/033862-8 no endereço abaixo CITEI E INTIMEI Luís Felipe Rodrigues de Castro do inteiro teor do mandado, o qual após a leitura, bem ciente ficou, recebeu a contrafé e exarou sua assinatura.
Ato: Intimação
Pessoa: Luís Felipe Rodrigues de Castro
Diligência:
18/10/2023 as 00:00 - local: dos Caqueiros, nº 654 - Loteamento Quinta das Frutas (CEP 12092-523) - Taubaté/SP (distância 0 km)
O referido é verdade e dou fé.
Taubaté, 19 de outubro de 2023.

ATOS: 01

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:48

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ALESSANDRA FERREIRA MOREIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjisp.jus.br/esaj>, informe o processo 1011687-22.2023.8.26.0625 e o código 10C63C61.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE TAUBATÉ
FORO DE TAUBATÉ
1ª VARA CRIMINAL
Praça Monsenhor Silva Barros s/n, ., Centro - CEP 12020-070, Fone: (12) 2124-9109, Taubaté-SP - E-mail: taubate1cr@tjisp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº: **1011687-22.2023.8.26.0625**
Classe - Assunto: **Carta Precatória Criminal - Citação**
Autor e Autor: **Justiça Pública e outro**
Réu: **Luís Felipe Rodrigues de Castro**
Situação do Mandado **Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça **Alessandra Ferreira Moreira (28771)**

CERTIDÃO RETIFICADORA DE MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado n 625.2023/033862-8 CITEI E INTIMEI Luis Felipe Rodrigues de Castro que informou já havia sido citado deste mesmo processo e que já tem advogado constituído nos autos do processo. O referido é verdade e dou fê.
Taubaté, 21 de novembro de 2023.

Número de Cotas:0

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:48

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ALESSANDRA FERREIRA MOREIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjisp.jus.br/esaj>, informe o processo 1011687-22.2023.8.26.0625 e o código 110622A9.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Vara Criminal de Pinhais

Processo 0006406-14.2023.8.16.0033

Comarca: Pinhais
Data de 04/08/2023 Situação: Público
Classe 355 - Carta Precatória Criminal
Assunto Principal: 15034 - Citação
Data Distribuição: 04/08/2023 Tipo Distribuição: Distribuição Automática
Sequencial: 36509 Juiz: Daniele Miola

Parte(s) do

Tipo: Promovente
Nome: JUSTIÇA PÚBLICA
Data de Não cadastrada RG: Não cadastrado CPF/CNPJ: Não cadastrado
Filiação: Não informada

Tipo: Promovido
Nome: CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA
Data de 27/09/1983 RG: 81441480 SSP/PR CPF/CNPJ: 043.704.839-05
Filiação: Mãe: TAISA CRISTIANE ROCHA ANTUNES DA SILVA / Pai: CLEVERSON LUIZ NASCIMENTO

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA BRADO - Data: 24/04/2024 15:03:49

Data: 04/08/2023
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL
Por: Karina Kryskioski Rolleder

Relação de arquivos da movimentação:

- Carta Precatória
- Denuncia
- Distribuição
- Certidão Taxa Judiciaria

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:49

Processo: 5452324-26.2023.8.09.0051



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMARCA DE GOIÂNIA

UPJ RELATIVA À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Fórum - Rua 72, Qd. 15-C, Lt. 15/19 - Fórum Criminal ,Sl. 516, sala 517, 5º andar, Jardim Goias, 62 3018-8423,

GOIÂNIA - GO, CEP: 74805480, TEL: (62) 3018-8423 (WhatsApp).

E-mail: upj.orgcriminosagyn@tjgo.jus.br

CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO
Prazo para cumprimento: 15 (quinze) dias

Processo nº: 5452324-26.2023.8.09.0051

Classe: PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: 11895 - DIREITO PENAL -> Crimes Previstos na Legislação Extravagante -> Crimes Previstos no Estatuto do Torcedor; 12334 - DIREITO PENAL -> Crimes previstos na Lei da Organização Criminosa -> Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - Lei 12.850/2013

Réu: Cleber Vinicius Rocha Antunes Da Silva

Filiação: Taisa Cristiane Rocha Antunes Da Silva

Data de Nascimento: 27/09/1983

Documentos pessoais: CPF: 043.704.839-05

Endereço: R. Deputado João Leopoldo Jacomel, 13328, Emiliano Pernetá, Pinhais/PR

Telefone: (41) 9 9642-0002.

Juiz(a): ALESSANDRO PEREIRA PACHECO

Juízo Deprecante: Juízo de Direito da Vara Relativa Organização Criminosa do Estado de Goiás.

Juízo Deprecado: Juízo de Direito da Comarca de Pinhais/PR.

O(a) MM(a). Juiz(a) desta Vara Criminal, faz saber que tramita perante este Juízo os autos da Ação Penal acima especificados, na qual figura como réu a(s) pessoa(s) supra indicadas, e como existem diligências a serem realizadas nessa cidade, DEPRECA a Vossa Excelência que, após exarar o vosso r. cumpra-se, determine que seja realizada a CITAÇÃO do(a) réu supra qualificado para que responda à acusação por escrito, através de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, bem como para comparecer a todos os demais atos e termos do processo, entregando-lhe a respectiva contrafé.

No ato da citação, o réu deverá ser advertido de que a resposta à acusação deve ser feita por advogado e, caso não tenha condições financeiras para constituir defensor, informar ao oficial de justiça do seu interesse para que lhe seja nomeado um defensor dativo, constando essa informação na certidão de citação.

Cumprida, restituir a presente, prestando mais este serviço à justiça.

Observação: o presente feito tramita no sistema PJD deste Tribunal. Segue o código de acesso à íntegra do processo:

Este é o código de acesso do processo número 5452324-26.2023.8.09.0051 para a parte Cleber

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ DA VARA RELATIVA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
Usuário: Ester Alves da Silva Menezes - Data: 02/08/2023 10:21:36

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjgo.jus.br/projudi>



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 01/08/2023 17:06:20

Assinado por ALESSANDRO PEREIRA PACHECO

Localizar pelo código: 109687605432563873864276790, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 12/01/2024 09:54:28

Assinado por NATALIA LOPES

Localizar pelo código: 109287615432563873855337678, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/07/2024 15:03:49

PROJUDI - Processo 0008406-11.2023.8.09.0033 - Rel. mov.: 1.1 - Assinado digitalmente por Karina Kryskioski Rolleder
04/08/2023: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Carta Precatória

Processo: 5452324-26.2023.8.09.0051

Vinicius Rocha Antunes Da Silva.
O código é único e intransferível ficando a parte responsável por sua guarda, visto que este dá acesso ao inteiro teor das peças processuais.
Para realizar o acesso ao processo siga os seguintes passos:
1) entre no site <https://www.projudi.tjgo.jus.br>;
2) no canto superior direito da tela, clique na lupa;
3) clique na terceira opção: "Processo por Código";
4) na tela que se abre, informe o número do processo até o dígito verificador e o código de acesso k5un4@a@dzmwjpw42d .

Goiânia, 1 de agosto de 2023.

ALESSANDRO PEREIRA PACHECO

Juiz de Direito da 2ª Vara Estadual de Repressão ao Crime
Organizado e à Lavagem de Capitais do Estado de Goiás

(Documento assinado digitalmente na forma do art. 1º, § 2º, inciso III da Lei 11.419/2006 e Provimento 21/2015 da CGJ/TJGO. Para conferência da autenticidade, utilize o código de validação do documento no site do TJGO).

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ DA VARA RELATIVA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
Usuário: Ester Alves da Silva Menezes - Data: 02/08/2023 10:21:36

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA BRAGA - Data: 24/07/2024 15:03:49

Document assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi>



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 01/08/2023 17:06:20
Assinado por ALESSANDRO PEREIRA PACHECO
Localizar pelo código: 109687605432563873864276790, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>



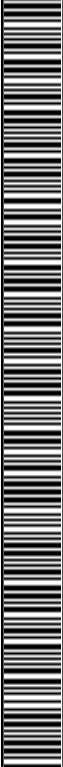
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 12/01/2024 09:54:28
Assinado por NATALIA LOPES
Localizar pelo código: 109287615432563873855337678, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PERALTA
Data: 20/07/2024 15:03:49

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Criminal - Carta Precatoria, Rogatoria e de
256/2023 Liv 17
VARA CRIMINAL E ANEXOS
Classe.... 355 - CARTA PRECATORIA CRIMINAL
Assunto... 11783 - CITACAO
Acao..... CARTA PRECATORIA
Custas.... VRC 214,47 R\$ 52,76(Isento de Custas)
PINHAIS/PR, 04/08/2023 - 11:27:08
Distribuidor Judicial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE

Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi>



Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 20/07/2024 15:03:49

CERTIDÃO

Certifico que a TAXA JUDICIÁRIA:

☐

() foi recolhida corretamente;

☐

() foi recolhida de forma indevida, sendo que o valor correto é R\$ _____;

☒

(X) deixou de ser recolhida por se tratar de isenção contida na Lei nº 12.216/98 e Inst. Normativa nº 1/99 e Dec. nº 962/32.

☐

() Ministério Público

☐

() Assistência Judiciária

☒

(X) Órgãos Públicos

☐

() _____

Cartório Distribuidor e Anexos

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi>



Data: 04/08/2023
Movimentação: DISTRIBUÍDO PARA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA
Complemento: Vara Criminal de Pinhais
Por: SISTEMA PROJUDI

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:49

Data: 04/08/2023
Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS
Por: SISTEMA PROJUDI

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:49

Data: 04/08/2023

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE MANDADO

Complemento: Referente ao evento (seq. 1) JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL(04/08/2023 12:40:30). Natureza: Citação. Parte: CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA.

Identificador do Cumprimento: 0001

Por: Jacqueline de Fatima Percegon

Relação de arquivos da movimentação:

- cp

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:49

PROJUDI - Processo: 0006406-14.2023.8.16.0033 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Jacqueline de Fatima Percegoni
04/08/2023: EXPEDIÇÃO DE MANDADO. Arq: cp

PROJUDI - Processo: 0006406-14.2023.8.16.0033 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Karina Kryskioski Rolleder
04/08/2023: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Carta Precatória

Processo: 5452324-26.2023.8.09.0051



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMARCA DE GOIÂNIA
UPJ RELATIVA À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
Fórum - Rua 72, Qd. 15-C, Lt. 15/19 - Fórum Criminal ,Sl. 516, sala 517, 5º andar, Jardim Goias, 62 3018-8423,
GOIÂNIA - GO, CEP: 74805480, TEL: (62) 3018-8423 (WhatsApp).
E-mail: upj.orgcriminosagyn@tjgo.jus.br

CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO
Prazo para cumprimento: 15 (quinze) dias

Processo nº: 5452324-26.2023.8.09.0051

Classe: PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: 11895 - DIREITO PENAL -> Crimes Previstos na Legislação Extravagante -> Crimes Previstos no Estatuto do Torcedor; 12334 - DIREITO PENAL -> Crimes previstos na Lei da Organização Criminosa -> Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - Lei 12.850/2013
Réu: Cleber Vinicius Rocha Antunes Da Silva
Filiação: Taisa Cristiane Rocha Antunes Da Silva
Data de Nascimento: 27/09/1983
Documentos pessoais: CPF: 043.704.839-05
Endereço: R. Deputado João Leopoldo Jacomel, 13328, Emiliano Perneta, Pinhais/PR
Telefone: (41) 9 9642-0002.

Juiz(a): ALESSANDRO PEREIRA PACHECO

Juízo Deprecante: Juízo de Direito da Vara Relativa Organização Criminosa do Estado de Goiás.
Juízo Deprecado: Juízo de Direito da Comarca de Pinhais/PR.

O(a) MM(a). Juiz(a) desta Vara Criminal, faz saber que tramita perante este Juízo os autos da Ação Penal acima especificados, na qual figura como réu a(s) pessoa(s) supra indicadas, e como existem diligências a serem realizadas nessa cidade, DEPRECA a Vossa Excelência que, após exarar o vosso r. cumpra-se, determine que seja realizada a CITAÇÃO do(a) réu supra qualificado para que responda à acusação por escrito, através de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, bem como para comparecer a todos os demais atos e termos do processo, entregando-lhe a respectiva contrafé.

No ato da citação, o réu deverá ser advertido de que a resposta à acusação deve ser feita por advogado e, caso não tenha condições financeiras para constituir defensor, informar ao oficial de justiça do seu interesse para que lhe seja nomeado um defensor dativo, constando essa informação na certidão de citação.

Cumprida, restituir a presente, prestando mais este serviço à justiça.

Observação: o presente feito tramita no sistema PJD deste Tribunal. Segue o código de acesso à íntegra do processo:

Este é o código de acesso do processo número 5452324-26.2023.8.09.0051 para a parte Cleber



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 01/08/2023 17:06:20
Assinado por ALESSANDRO PEREIRA PACHECO
Localizar pelo código: 109687605432563873864276790, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ DA VARA RELATIVA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
Usuário: Ester Alves da Silva Menezes - Data: 02/08/2023 10:21:36

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PULCF F2MZC EFYS CXAZR



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PULCF F2MZC EFYS CXAZR



Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA BRADO - Data: 24/07/2024 15:03:49



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 12/01/2024 09:54:28
Assinado por NATALIA LOPES
Localizar pelo código: 109287615432563873855337678, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>



PROJUDI - Processo: 0006406-14.2023.8.16.0033 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Jacqueline de Fatima Percegon
04/08/2023: EXPEDIÇÃO DE MANDADO. Arq: cp

PROJUDI - Processo: 0006406-14.2023.8.16.0033 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Karina Kryskioski Rolleder
04/08/2023: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Carta Precatória

Processo: 5452324-26.2023.8.09.0051

Vinicius Rocha Antunes Da Silva.
O código é único e intransferível ficando a parte responsável por sua guarda, visto que este dá acesso ao inteiro teor das peças processuais.
Para realizar o acesso ao processo siga os seguintes passos:
1) entre no site <https://www.projudi.tjgo.jus.br>;
2) no canto superior direito da tela, clique na lupa;
3) clique na terceira opção: "Processo por Código";
4) na tela que se abre, informe o número do processo até o dígito verificador e o código de acesso k5un4@a@dzmwpw42d .

Goiânia, 1 de agosto de 2023.

ALESSANDRO PEREIRA PACHECO

Juiz de Direito da 2ª Vara Estadual de Repressão ao Crime
Organizado e à Lavagem de Capitais do Estado de Goiás

(Documento assinado digitalmente na forma do art. 1º, § 2º, inciso III da Lei 11.419/2006 e Provimento 21/2015 da CGJ/TJGO. Para conferência da autenticidade, utilize o código de validação do documento no site do TJGO).


Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ DA VARA RELATIVA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
Usuário: Ester Alves da Silva Menezes - Data: 02/08/2023 10:21:36


Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PULCF F2MZC EFYS CXAZR



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>



 Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 01/08/2023 17:06:20
Assinado por ALESSANDRO PEREIRA PACHECO
Localizar pelo código: 109687605432563873864276790, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

 Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 12/01/2024 09:54:28
Assinado por NATALIA LOPES
Localizar pelo código: 109287615432563873855337678, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA BRADO - Data: 24/07/2024 15:03:49

Data: 09/08/2023

Movimentação: ATO ORDINATÓRIO PRATICADO

Complemento: Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 4) em 04/08/2023
13:12:00. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: Alessandra Alves.

Parte: CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA

Por: Josruan Felipe Pires

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:49

Data: 14/08/2023

Movimentação: MANDADO DEVOLVIDO

Complemento: Referente ao evento (seq. 4) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (04/08/2023 13:12:00).

Parte: CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA

Por: Alessandra Alves

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:49



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Central de Mandados de Pinhais

Contrafé de Citação

Ilustríssimo(a) CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA

De ordem do(a) MM. Juiz(a) do(a) Vara Criminal de Pinhais, CITO-O (INTIMO-O, PROCEDO À BUSCA E APREENSÃO) acerca do contido no Processo **0006406-14.2023.8.16.0033** e, querendo, poderá se manifestar. O conteúdo desta citação (intimação, busca e apreensão) encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico **https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/**, menu 'Consulta via Chave de Validação' e 'Chave identificadora' conforme o código abaixo:

PMEXR NZ2F5 38MLD UFDHZ

Caso encontre problemas para acessar o mandado, poderá obter mais informações no seguinte endereço:

Vara Criminal de Pinhais

Rua 22 de Abril, 199 - Centro - Pinhais/PR - CEP: 83.323-030 - Fone: 41.3401.1750 - E-mail: pin-2vj-e@tjpr.jus.br

Atenciosamente,



CERTIDÃO (POSITIVA/NEGATIVA)

Processo: 0006406-14.2023.8.16.0033

Urgente: Não

Identificador: 0001

Parte: CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA (41) 99642 0002

Endereço(s): * Rodovia João Leopoldo Jacomel, 13328 AP 310, BL 4 - Emiliano Perneta - PINHAIS/PR - CEP: 83.324-292

Certifico que, em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço ☒ constante do mandado () OUTRO onde às 10 h 10 min. ☒ CITEI () NÃO CITEI () INTIMEI () NÃO INTIMEI () NOTIFIQUEI () NÃO NOTIFIQUEI () PROCEDI À
Referente à parte: ☒ Requerida () Requerente () Outro
Portadora do RG _____ CPF nº 043.704.839-05, Conforme informações obtidas:

1ª Tentativa Data: ____/____/____	Obs: _____
2ª Tentativa Data: ____/____/____	Obs: _____
3ª Tentativa Data: ____/____/____	Obs: _____

Dando-lhe conhecimento de todo o conteúdo do mandado e da petição inicial, que lhe ☒ li () Não li, e dos quais ☒ ficou ciente () Não ficou ciente, ☒ tendo recebido e aceitado contrafé () Não recebeu ou aceitou a contrafé, pelo que ☒ exarou sua assinatura no anverso do mandado () Não exarou sua assinatura no anverso do mandado.

CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA em: 11/08/2023 10:10

Obs: Possi advogado, Dr. Eduardo milio

Por ser verdade, dou fé.

Alessandra Alves
(Oficial(a) de Justiça)

em: 11/08/2023 10:10
Cota: R\$ 108,63

Data: 14/08/2023

Movimentação: CONFIRMADA A COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Complemento: Mandado lido(a) em 11/08/2023 - Referente ao evento de expedição (seq. 4)

EXPEDIÇÃO DE MANDADO (04/08/2023 13:12:00). Parte: CLEBER VINICIUS ROCHA

ANTUNES DA SILVA

Por: Alexandre Mendes Martins

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:49

Data: 07/12/2023

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA (Movimentação inválida)

Complemento: Referente ao evento (seq. 7) CONFIRMADA A COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA(14/08/2023 18:55:19). Identificador do Cumprimento: 0002

Por: Andressa Wolff Cordeiro

Visibilidade restrita em razão de pendência de ciência

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:49

Data: 11/01/2024

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA

Complemento: Referente ao evento (seq. 7) CONFIRMADA A COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA(14/08/2023 18:55:19). Identificador do Cumprimento: 0003

Por: Andressa Wolff Cordeiro

Relação de arquivos da movimentação:

- Ofício

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:49

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/07/2024 15:03:49



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PINHAIS
VARA CRIMINAL DE PINHAIS - PROJUDI
Rua 22 de Abril, 199 - Centro - Pinhais/PR - CEP: 83.323-030 - Fone: 41.3263.6101 - Celular: (41) 3263-6125 - E-mail: pin-2vj-e@tjpr.jus.br

Ofício nº.0006406-14.2023.8.16.0033.0003

Processo: 0006406-14.2023.8.16.0033
Classe Processual: Carta Precatória Criminal
Assunto Principal: Citação
Data da Infração: Data da infração não informada
Deprecante(s): • JUSTIÇA PÚBLICA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
NAO CONSTA, S/N - GOIÂNIA/GO
Deprecado(s): • CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA (RG: 81441480 SSP/PR e
CPF/CNPJ: 043.704.839-05)
Rodovia João Leopoldo Jacomel, 13328 AP 310, BL 4 - Emiliano Perneta -
PINHAIS/PR - CEP: 83.324-292

Ao Sr. Diretor(a) de Secretaria
Vara Relativa Organização Criminosa
Goiânia - GO

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminho a V. Sra. a carta precatória distribuída neste Juízo, devidamente cumprida, referente aos autos 5452324-26.2023.8.09.0051 (vosso).

O processo digital acima identificado estará disponível no *site* do Tribunal de Justiça, no endereço "https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/". Para visualizá-lo, selecione a consulta processual via **chave do processo** e utilize a chave de acesso "PPD7E JZHA6 53CSA D75HE".

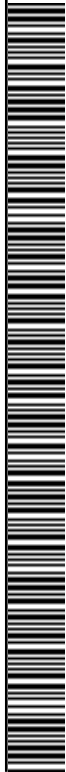
Ressalta-se que a chave permite o acesso integral às peças processuais, inclusive mídias, e é de responsabilidade do Juízo Deprecante, tendo prazo de validade de **30 dias**.

Atenciosamente,

Pinhais, 15 de dezembro de 2023.

Alexandre Mendes Martins
Técnico Judiciário

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS
RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E DE
LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES DO ESTADO DE
GOIÁS**

PJD n. 5452324-26.2023.8.09.0051

Réu (s): Adailson Freire Pereira da Silva e outros

Natureza: Ação Penal

Operação: Penalidade Máxima III¹

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**, por intermédio dos Promotores de Justiça subscritores, integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer o quanto segue.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de Ação Penal instaurada em desfavor de **ADAILSON FREIRA PEREIRA DA SILVA**, vulgo Dadá Belmonte, **ALEF MANGUEIRA SEVERINO PEREIRA**, vulgo Alef Manga, **BRUNO LOPEZ DE MOURA**, vulgo BL, **CLEBER VINÍCIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA**, vulgo Clebinho Fera, **ÍCARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS**, **IGOR AQUINO DA SILVA**, vulgo Igor Cárius, **JESUS EMILIANO TRINDADE FLORES**, **LUÍS FELIPE RODRIGUES DE CASTRO**, vulgo LF, **PEDRO HENRIQUE AZEVEDO PEREIRA**, vulgo Pedrinho, **ROMÁRIO HUGO DOS SANTOS**, vulgo Romarinho, **SIDCLEY FERREIRA PEREIRA**, **THIAGO CHAMBÓ ANDRADE**, **THONNY ANDERSON DA SILVA CARVALHO** e **VICTOR YAMASAKI FERNANDES**, vulgo Vitinho, pela prática de corrupção em âmbito desportivo.

A **denúncia foi oferecida** no dia 19 de julho de 2023 (ev. 1). Na cota, o *Parquet*

¹ Manipulação de 13 (treze) jogos da Série A do Campeonato Brasileiro de 2022.

esclareceu sobre a ausência de arquivamento implícito, informou que celebrou acordos de não persecução penal com os investigados **BRYAN JAHIR GARCIA REALPE, DIEGO PORFÍRIO DA SILVA, SÁVIO ANTÔNIO ALVES, SEVERINO DO RAMO CLEMENTINO DA SILVA e VICTOR MENDES ALVES** e que os demais não preencheram os requisitos necessários para celebração, bem como requereu o compartilhamento das provas produzidas (ev. 5).

Em seguida, o *Parquet* disponibilizou link de acesso ao áudio mencionado na referência de n. 38 da denúncia, relacionado ao denunciado **ALEF MANGUEIRA SEVERINO PEREIRA**, vulgo Alef Manga, e Diego Porfírio (ev. 7).

A defesa do réu Igor Aquino da Silva requereu a **rejeição parcial** da denúncia (ev. 13).

No ev. 14, o Ministério Público requereu a juntada da contrafé do **Ofício n. 517/0086/107/30494/2023/GAECO**, referente ao encaminhamento de mídias ao Depósito Judicial, que, em seguida, foi acostado aos autos (ev. 15).

No dia 26 de julho de 2023, o Juízo **recebeu integralmente a denúncia**, deferiu os requerimentos formulados na cota ministerial, inclusive de compartilhamento de todas as provas produzidas no curso da investigação, e determinou a citação dos réus.

Juntou-se aos autos certidões de antecedentes criminais dos réus (ev. 28).

Na decisão de ev. 81, restou certificada a existência de acordo de colaboração premiada (PJD n. 5401020-85.2023.8.09.0051).

A defesa do réu Alef Manguera Severino Pereira, vulgo Manga, informou os dados atualizados de seu cliente, oportunidade em que esclareceu que ele reside atualmente na “*Rue du Trône n° 3rd floor, Brussels, 1050, Belgium, em razão do trabalho como atleta profissional, defende a equipe de futebol do Pafos FC, do Chipre*” (ev. 87).

Posteriormente, a defesa do réu Alef Manguera Severino Pereira requereu a intimação do Ministério Público, a fim de que se manifestasse a respeito da possibilidade de celebração

de acordo de não persecução penal (ev. 95).

É o relatório.

II – DA IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - ANPP

O Acordo de Não Persecução Penal – ANPP, instituído pela Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, constitui negócio jurídico **pré-processual** entre o Ministério Público e o **investigado**, assistido por seu defensor.

Trata-se de uma maneira consensual de alcançar resposta penal mais célere ao comportamento criminoso, por meio da mitigação da obrigatoriedade da ação penal, com inexorável redução das demandas judiciais criminais.

Conforme destacado em linhas alhures, o referido instrumento se insere na **fase preliminar, ou seja, anterior à instauração** do processo-crime. Assim, há de se considerar o momento adequado para perquirir sua incidência, sob pena de se desvirtuar o instituto despenalizador.

In casu, verifica-se que a denúncia, inclusive em relação aos fatos relativos ao réu Alef Manguera Severino Pereira, vulgo Alef Manga, referente ao jogo entre América-MG x Coritiba (03.09.2022. *Séria A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2022*), foi recebida no dia 26 de julho de 2023 (ev. 17), demonstrando, assim, que o feito se encontra na fase processual, e não pré-processual.

Sobre o tema, o Tribunal da Cidadania fixou o entendimento de que **não se admite retroação do acordo de não persecução penal se a denúncia já foi recebida**, visto que, por mais que se trate de norma de conteúdo híbrido, mais favorável ao réu – o que não se discute -, o deslinde da controvérsia deve passar pela ponderação dos princípios *tempus regit actum* e da retroatividade da lei penal benéfica, sem perder de vista a essência da inovação legislativa em questão e o momento processual adequado para sua incidência. A propósito é o entendimento da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CRIME DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO. CONDENAÇÃO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. PRETENSÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - ANPP. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 168 DO STJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA LIMINARMENTE INDEFERIDOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e do art. 1.043, incisos I e III, do Código de Processo Civil, os embargos de divergência somente são cabíveis quando há dissidência atual entre julgados prolatados em recurso especial. 2. **A despeito de ter havido, a princípio, julgados dissidentes, a jurisprudência das Turmas que compõem a Terceira Seção se alinhou no mesmo sentido do que decidiu o acórdão embargado. O entendimento atual e uniforme é de que o acordo de não persecução penal previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal, introduzido pela Lei n. 13.964/2019, somente é aplicável aos processos em curso até o recebimento da denúncia.** 3. Incide sobre a espécie a Súmula n. 168 do Superior Tribunal de Justiça: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado." 4. "Embora o tema relativo à possibilidade de oferecimento de acordo de não persecução penal posteriormente ao recebimento da denúncia tenha sido afetado ao rito dos recursos repetitivos pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, decidiu-se, na ocasião, por não suspender a tramitação dos processos que tratam da referida matéria" (AgRg no REsp 2.009.728/SC, Relator Ministro MESSOD AZULAY NETO, QUINTA TURMA, julgado em 05/09/2023, DJe de 12/09/2023). 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg nos EAREsp n. 2.125.431/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, **Terceira Seção**, julgado em 17/10/2023, DJe de 20/10/2023.)

Portanto, uma vez constatada que a denúncia já foi recebida, não há que se falar em aplicação do instituto do acordo de não persecução penal ao presente feito.

Ainda que assim não fosse, é cediço que o acordo de não persecução penal **não**

constitui direito subjetivo do investigado, podendo ser proposto pelo Ministério Público conforme as peculiaridades do caso concreto e quando considerado necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção da infração penal. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - ANPP. ART. 28-A DO CPP. LEI N. 13.964/2019. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO. DENÚNCIA RECEBIDA. **I - O acordo de não persecução penal não constitui direito subjetivo do investigado, podendo ser proposto pelo Ministério Público conforme as peculiaridades do caso concreto e quando considerado necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção da infração penal.** Precedentes. II - A jurisprudência desta Corte de Justiça se consolidou no sentido de que a referida benesse legal é cabível durante a fase inquisitiva da persecução penal, sendo limitada até o recebimento da denúncia. III - Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp n. 2.041.357/SP, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDF), Sexta Turma, julgado em 21/8/2023, DJe de 24/8/2023.)

Por fim, da análise do termo de interrogatório de **Alef Mangureira Severino Pereira** (ev. 04, arquivo 88, página 8 do PDF), não houve confissão formal tampouco circunstanciada do ora denunciado, tal como exige o art. 28-A do CPP, visto que o réu **se manteve em silêncio**, o que, inclusive, fez com que o Ministério Público ressaltasse na cota (ev. 5) o motivo do não oferecimento de acordo de não persecução penal em relação aos réus que não confessaram a prática dos delitos. Confira-se:

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO
Rua 11-A, esq. com a Rua 1-A, n.º 380, Setor Aeroporto, Goiânia/GO
(62) 3239-4800 – gaeco@mpgo.mp.br



Processo: 5452324-26.2023.8.09.0051

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO
Rua 11-A, esq. c/ Rua 1-A, n. 380, Setor Aeroporto, CEP: 74.075-120, Goiânia/GO
62-3239-4800 – gaeco@mpgo.mp.br



TERMO DE INTERROGATÓRIO

Autos: 2023.0018.2137

NOME: Alef Manguera Severino Pereira (ALEF MANGA)
FILIAÇÃO: Marcele Manguera Santos e Claudio Luis Severino Pereira
NACIONALIDADE: brasileira
NATURALIDADE: Santos/SP
ESTADO CIVIL: solteiro
PROFISSÃO: atleta profissional de futebol (Coritiba)
DATA DE NASCIMENTO: 29.11.1994
CPF: 331.486.488-46
ENDEREÇO: R. Coronel Joaquim Ignácio Taborda Ribas, 864, ap. 1503, Bigorriho, Curitiba-PR, CEP: 80.730-330
TELEFONE: 13 99762-7762
EMAIL: alefmanga94.2@gmail.com

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2023 (26/05/2023), por volta de 09h30, na sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, na cidade de Goiânia, onde encontrava-se o Promotor de Justiça infra-assinado, realizou-se a colheita de interrogatório da pessoa acima qualificada, por videoconferência, via aplicativo "Zoom", conforme faculta o artigo 23, *caput*, da Resolução/CPJ-GO nº 007/2018. Presente, também, na videoconferência, o Dr. Levy Leonardo de Luna Monteiro, OAB/RJ n. 151.724. Esclarecido de seus direitos, dentre eles de ter acesso ao procedimento investigatório, se fazer acompanhar de advogado, **optou por permanecer em silêncio**, ficando o ato gravado em mídia anexa, em atenção ao artigo 22, *caput*, da Resolução/CPJ-GO nº 007/2018. Nada mais havendo, vai assinado pelo Promotor de Justiça que realizou o ato.

FERNANDO MARTINS CESCONETTO
Promotor de Justiça – GAECO

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO
Rua 11-A, esq. com a Rua 1-A, n.º 380, Setor Aeroporto, Goiânia/GO
(62) 3239-4800 – gaeco@mpgo.mp.br



Processo: 5452324-26.2023.8.09.0051

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO
Rua 11-A, esq. c/ Rua 1-A, 380, Setor Aeroporto, Goiânia/GO
62-3239-4800 – gaeco@mpgo.mp.br



1) DA AUSÊNCIA DE ARQUIVAMENTO

Tendo em vista que o espectro de atuação da organização criminosa denunciada no feito vai além dos fatos delituosos imputados na inicial acusatória, bem como que a investigação prossegue em autos próprios com relação a outros fatos delitivos, o MINISTÉRIO PÚBLICO **consigna** não ser o caso de arquivamento implícito de qualquer conduta.

2) DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CRIMINAL

Com relação aos investigados: *BRYAN JAHIR GARCIA REALPE, DIEGO PORFÍRIO DA SILVA, SÁVIO ANTÔNIO ALVES, SEVERINO DO RAMO CLEMENTINO DA SILVA* e *VITOR MENDES ALVES*, tendo em vista o preenchimento dos requisitos legais preconizados no art. 28-A do Código de Processo Penal, informa-se que houve a proposta de acordo de não persecução penal, formalizada em autos próprios para cada investigado e já submetido à homologação judicial.

Lado outro, com relação aos ora denunciados, entende-se ser incabível, na espécie, o oferecimento do aludido acordo, considerando que não houve o integral preenchimento dos requisitos legais para tanto ^{1 2}.

3) DOS PEDIDOS FINAIS

Finalmente, o Ministério Público requer:

3.1. sejam providenciadas e juntadas aos autos as certidões de antecedentes criminais atualizadas em face dos denunciados, emitidas pelo cartório distribuidor local e pela Secretaria de

¹ Notadamente a ausência de confissão formal e circunstanciada acerca dos fatos.

² De acordo, ainda, com o art. 3º, inc. IV, da orientação conjunta nº 01 – PGJ/CAO-CRIM, são requisitos subjetivos para a proposta de acordo, dentre outros, “não haver elementos probatórios que indiquem a participação do investigado em organização criminosa, pois em relação a este o acordo não é suficiente para a reprovação e prevenção do crime”.

Página 3 de 4

III – DA NECESSIDADE DE SENAMENTO DO FEITO

Compulsando os autos, verifica-se que os seguintes réus (não) foram citados e/ou (não) apresentaram impugnação à contestação:

Nº	RÉU	CITAÇÃO	RESPOSTA À ACUSAÇÃO
1	Adailson Freire Pereira da Silva, vulgo Dadá Belmonte	Eventos 30 e 78	Ev. ²
2	Alef Mangueira Severino Pereira, vulgo Alef Manga	Eventos 31 e 89	Ev. 95 ³
3	Bruno Lopez de Moura, vulgo BL	Eventos 32, 72 e 101 (Citado)	Ev. 66 ⁴
4	Cleber Vinicius Rocha Antunes da Silva, vulgo Clebinho Fera	Eventos 33 e 104 (Citado)	Ev. 74 ⁵
5	Ícaro Fernando Calixto dos Santos	Eventos 34 e 91 (Citado)	
6	Igor Aquino da Silva, vulgo Igor Cárius	Eventos 35	Ev. ⁶
7	Jesus Emiliano Trindade Flores	Eventos 36 e 97	Ev. 93
8	Luís Felipe Rodrigues de Castro, vulgo LF	Eventos 37, 38, 102 e 103 (Citado)	
9	Pedro Henrique Azevedo Pereira, vulgo Pedrinho	Eventos 39 e 98	Ev. ⁷
10	Romário Hugo dos Santos, vulgo Romarinho	Eventos 40 e 77 (Citado)	
11	Sidcley Ferreira Pereira	Eventos 41 e 76	Ev. 80 ⁸
12	Thiago Chambó Andrade	Eventos 42 e 79 (Citado)	Ev. ⁹
13	Thonny Anderson da Silva Carvalho	Eventos 43 e 95 (Citado)	Ev. 88 ¹⁰
14	Victor Yamasaki Fernandes, vulgo “Vitinho”	Eventos 44 e 75 (Citado)	

² Procuração (ev. 10, arquivo 2). Defensores habilitados.
³ Procuração (ev. 8, arquivo 2). Defensores habilitados.
⁴ Procuração (ev. 16, arquivo 2). Defensor habilitado.
⁵ Procuração (ev. 73, arquivo 1).
⁶ Procuração (ev. 9, arquivo 1). Defensores habilitados.
⁷ Procuração (eventos 11, arquivo 2, 65, arquivo 2, e 70, arquivo 2). Defensor habilitado.
⁸ Procuração (ev. 64, arquivo 2).
⁹ Procuração (ev. 90, arquivo 2).
¹⁰ Procuração (ev. 88, arquivo 2).

Em relação aos réus **Ícaro Fernando Calixto dos Santos, Luís Felipe Rodrigues de Castro, vulgo LF, Romário Hugo dos Santos, vulgo Romarinho, e Victor Yamasaki Fernandes, vulgo “Vitinho”**, nota-se que, devidamente citados, não apresentaram respostas à acusação no prazo legal, autorizando a nomeação de defensores, nos termos do artigo 396-A, §2º, do Código de Processo Penal.¹¹ A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. CITAÇÃO PESSOAL. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO. OPORTUNIDADE AO RÉU DE CONSTITUIR ADVOGADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. **1. Comprovada nos autos a citação pessoal do réu, para constituir advogado e apresentar resposta à acusação, não há falar em cerceamento à ampla defesa na hipótese de nomeação de defensor dativo após o transcurso in albis do prazo legal, principalmente quando não houve registro de oposição do acusado durante audiência, realizada posteriormente.** 2. Foi facultada ao denunciado a escolha de profissional de sua confiança e não havia necessidade de outra intimação, para o mesmo fim, após a fase do art. 396 do CPP. Ademais, em qualquer momento do processo era possível a habilitação de novo patrono. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 694.928/GO, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 8/2/2022, DJe de 21/2/2022.)

IV – DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS** manifesta-se pela impossibilidade de celebração de acordo de não persecução penal com o réu **Alef Manguiera Severino Pereira**, nos termos do item II desta peça.

No mais, requer:

¹¹ Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

(...)

§2º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.

a) sejam nomeados defensores para os réus Ícaro Fernando Calixto dos Santos, Luís Felipe Rodrigues de Castro, vulgo LF, Romário Hugo dos Santos, vulgo Romarinho, e Victor Yamasaki Fernandes, vulgo “Vitinho”, nos termos do artigo 396-A, §2º, do Código de Processo Penal;

b) sejam os réus Alef Mangueira Severino Pereira, vulgo Alef Manga, e Sidcley Ferreira Pereira considerados citados, ante a constituição de defensores e apresentação de respostas à acusação;

c) sejam os advogados Hugo Leonardo, Marcelo Pucci Maia, Fabiana da Costa Eduardo Logullo e Luisa Jank intimados, a fim de que acostem aos autos procuração assinada pelo réu Adailson Freire Pereira da Silva e, em seguida, apresentem resposta à acusação no prazo legal;¹²

d) sejam feitas tentativas de citação do réu Adailson Freire Pereira da Silva, vulgo Dadá Belmonte, nos seguintes endereços, caso a diligência “c” não surta êxito: a) *Rua Lúcio Sêneca, Bairro Vila Inglesa, n. 79, Casa 01, São Paulo, São Paulo, CEP n. 04.653-223*; b) *Rua Pedro Lopes Da Silva, 35, Casa, Vila Acudinho, São Jose Do Belmonte, Pernambuco*;

e) seja o advogado Jeffrey Chiquini da Costa, OAB/PR n. 65.371, habilitado para defender o réu Jesus Emiliano Trindade Flores e, em seguida, intimado, a fim de que apresente procuração subscrita pelo referido réu;

f) sejam os advogados de Thiago Chambó Andrade habilitados e, em seguida, intimados, a fim de que apresentem resposta à acusação no prazo legal;

g) sejam os advogados de Igor Aquino da Silva, vulgo Igor Cárius, intimados, a fim de que apresentem resposta à acusação no prazo legal;¹³

h) sejam os advogados que peticionaram nos eventos 65 e 70 habilitados para defender o réu Pedro Henrique Azevedo Pereira, vulgo Pedrinho, e, em seguida, intimados, a fim de

¹² Os referidos advogados já foram habilitados (ev. 12).

¹³ Procuração (ev. 9, arquivo 1).

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO
Rua 11-A, esq. com a Rua 1-A, n.º 380, Setor Aeroporto, Goiânia/GO
(62) 3239-4800 – gaeco@mpgo.mp.br



que apresentem procuração assinada pelo referido réu, bem como resposta à acusação no prazo legal;

i) sejam os defensores dos réus Cléber Vinicius Rocha Antunes da Silva (ev. 73, arquivo 1), Sidcley Ferreira Pereira (ev. 64, arquivo 2) e Thonny Anderson da Silva Carvalho (ev. 88, arquivo 2) habilitados os autos; e

j) seja a UPJ instada a esclarecer o envio, recebimento e/ou devolução das cartas precatórias de Igor Aquino da Silva, vulgo Igor Cárius.

No mais, o *Parquet* consigna que impugnará as respostas à acusação de forma conjunta.

Termos em que pede deferimento.

Goiânia, Goiás, data da assinatura eletrônica.

GABRIELLA DE Q. CLEMENTINO

Promotora de Justiça – GAECO
Portaria n. 2023006186194

FABRÍCIO L. BORGES DA SILVA

Promotor de Justiça – GAECO
Portaria n. 2023006186194

DIEGO O. DA SILVA CORDEIRO

Promotor de Justiça – GAECO
Portaria n. 2023006186194

PAULO VINICIUS PARIZOTTO

Promotor de Justiça – GAECO
Portaria n. 2023006186194

TARSILO COSTA GUIMARÃES

Promotora de Justiça – GAECO
Portaria n. 2023006186194

FERNANDO M. CESCONETTO

Promotor de Justiça – GAECO
Portaria n. 2023006186194

MARCELO BORGES AMARAL

Promotor de Justiça – GAECO
Portaria n. 2023006186194

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:50

Autos Conclusos

1. A movimentação: (Autos Conclusos - P/ DECISÃO) do dia 15/03/2024 09:34:47 não possui "Arquivos".



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
2ª Vara dos Feitos Relativos às Organizações Criminosas e Lavagem de Capitais do Estado de Goiás

Processo n. 5452324-26.2023.8.09.0051

DECISÃO

Trata-se de ação penal intentada pelo Ministério Público, em desfavor de **ADAILSON FREIRE PEREIRA DA SILVA, ALEF MANGUEIRA SEVERINO PEREIRA, BRUNO LOPEZ DE MOURA, CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA, ÍCARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS, IGOR AQUINO DA SILVA, JESUS EMILIANO TRINDADE FLORES, LUÍS FELIPE RODRIGUES DE CASTRO, PEDRO HENRIQUE AZEVEDO PEREIRA, ROMÁRIO HUGO DOS SANTOS, SIDCLEY FERREIRA PEREIRA, THIAGO CHAMBÓ ANDRADE, THONNY ANDERSON DA SILVA CARVALHO e VICTOR YAMASAKI FERNANDES** devidamente qualificados nos autos em epígrafe, denunciados pela suposta prática das condutas descritas no Art. 198 da Lei 14.597/2023, art. 199 da Lei 14.597/2023, na forma do art. 69 do Código Pena, referente à **Operação Penalidade Máxima – fase III**.

A denúncia foi recebida no dia **26/07/2023**, ocasião na qual foi determinada a citação dos acusados (evento 17).

Instado a manifestar, o Ministério Público requereu a habilitação dos defensores dos acusados, a nomeação de um defensor dativo para patrocinar a defesa dos acusados que foram citados e não apresentaram resposta à acusação e, a certificação acerca do cumprimento da carta precatória do acusado **IGOR AQUINO** (evento n. 105).

Os Autos vieram-me conclusos.

É o breve relatório. Decido.

01 – DA SITUAÇÃO PROCESSUAL

Os acusados **BRUNO LOPEZ DE MOURA** (citado – evento n. 101) (resposta à acusação – evento n. 66), **CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA** (citado – evento n. 104) (resposta à acusação – evento n. 74) e **THONNY ANDERSON DA SILVA CARVALHO** (citado – evento n. 95) (resposta à acusação – evento n. 88).

Já os acusados **ÍCARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS** (citado – evento n. 91), **LUÍS FELIPE RODRIGUES DE CASTRO** (citado – evento n. 103), **ROMÁRIO HUGO DOS SANTOS** (citado – evento n. 77), **THIAGO CHAMBÓ ANDRADE** (citado – evento n. 79) e **VICTOR YAMASAKI FERNANDES** (citado – evento n. 75), foram citados, mas, não apresentaram resposta à acusação até a

presente data.

Os denunciados **ADAILSON FREIRE PEREIRA DA SILVA, IGOR AQUINO DA SILVA** e **PEDRO HENRIQUE AZEVEDO PEREIRA**, não foram citados e não apresentaram resposta à acusação.

Já em relação aos acusados **ALEF MANGUEIRA SEVERINO PEREIRA** (resposta à acusação – evento n. 95), **JESUS EMILIANO TRINDADE FLORES** (resposta à acusação – evento n. 93) e **SIDCLEY FERREIRA PEREIRA** (resposta à acusação – evento n. 80), apresentaram resposta à acusação, no entanto, não foram citados.

1.1 – HABILITAR ADVOGADOS E INTIMÁ-LOS.

Inicialmente, antes de deliberar acerca da nomeação de um defensor dativo para patrocinar a defesa dos acusados, determino a habilitação e intimação dos advogados listados abaixo:

Dr. Ademar Rigueira Neto (OAB/GO n. 11.308), Dr. Vinicius Costa Rocha (OAB/PE n. 60.124) e Dra. Camila Velloso (OAB/PE n. 13.973) – Procuração no evento de n. 09 dos presentes autos, defensores do acusado **IGOR AQUINO DA SILVA**.

Dr. Carlos Henrique Neves Melo (OAB/BA n. 38.994) – Procuração no evento de n. 11 dos presentes autos e, dos advogados Dr. Daniel Leon Bialski (OAB/SP n. 125.000), Dr. Luis Felipe D'alóia (OAB/SP n. 336.319) e Dr. Gustavo Alvares Cruz (OAB/SP n. 386.305) – Procuração no evento de n. 65 dos presentes autos, defensores do acusado **PEDRO HENRIQUE AZEVEDO PEREIRA**.

Dr. Hugo Leonardo (OAB/SP n. 252.869), Dr. Marcelo Pucci Maia (OAB/SP n. 391.119), Dra. Fabiana Logulho (OAB/SP n. 392.904) e Dra. Luisa Jank (OAB/SP n. 490.896) – Procuração no evento de n. 10 dos presentes autos, advogados de **ADAILSON FREIRE PEREIRA DA SILVA**.

Dr. William Albuquerque de Sousa Faria (OAB/SP n. 336.388) e Dra. Giovanna Torres Perez (OAB/SP n. 418.668) – Procuração no evento de n. 90 dos presentes autos, defensores de **THIAGO CHAMBO ANDRADE**.

Dr. Allan Hahnemann Ferreira (OAB/GO n. 24.288), Dr. Rodolfo da Silva Moraes (OAB/GO n. 31.340) e Dr. Diogo Jorge M. Marques (OAB/GO n. 56.656) – Procuração no evento de n. 343 dos autos n. 5276156-72, defensores de **ÍCARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS**.

Dr. Anderson Aparecido de Godoi (OAB/SP n. 410.439) – Apresentou resposta à acusação no evento n. 373 dos autos de n. 5276156-72, defensor de **LUÍS FELIPE RODRIGUES DE CASTRO**.

Dr. Matheus Segala Batista (OAB/SP n. 427.036) e Dra. Mayara Baldo de Oliveira (OAB/SP n. 435.832) – Procuração no evento de n. 07 dos autos de n. 5276156-72, defensores de **ROMÁRIO HUGO DOS SANTOS**.

Dr. Eder Luis Anicias da Silva (OAB/SP n. 294.519) – Procuração no evento de n. 341 dos autos de n. 5276156-72, defensor de **VICTOR YAMASAKI FERNANDES**.

Após habilitação, intímem os defensores para que estes informem se ainda patrocinam e/ou se também contribuem com a defesa dos acusados inframencionados nos presentes autos, em caso positivo, que apresentem a resposta à acusação no prazo legal, no caso do defensor Dr. Anderson Aparecido de Godoi (advogado de **LUÍS FELIPE RODRIGUES**) CASO ESTE PATROCINE A DEFESA DO ACUSADO MENCIONADO, este devesse ser intimado, para acostar nos presentes autos a procuração devidamente assinada pelo acusado/denunciado **LUÍS FELIPE**.

1.2 – CITAÇÃO SUPRIDA – ACUSADOS QUE NÃO FORAM CITADOS, NO ENTANTO, APRESENTARAM REPOSTA À ACUSAÇÃO.

Os acusados **ALEF MANGUEIRA SEVERINO PEREIRA** (evento n. 95), **JESUS EMILIANO TRINDADE FLORES** (evento n. 93) e **SIDCLEY FERREIRA PEREIRA** (evento n. 80) em que pese não tenham sido localizados para citação pessoal, constituíram advogados e já apresentaram defesa nos presentes autos e, considerando que os referidos acusados já possuem conhecimento deste processo, fica suprida a citação pessoal por mandado nos termos das decisões dos Tribunais Superiores, em especial, o HC n. 49121 RS 2005/0176224-0.

1.3 – TENTATIVA DE CITAÇÃO DO ACUSADO ADAILSON FREIRE DA SILVA.

Determino ainda que a UPJ (Unidade de Processamento Judicial) proceda com a expedição de mandado de citação para o acusado **ADAILSON FREIRE DA SILVA**, caso a defesa não apresente a resposta à acusação em seu favor no prazo legal, nos seguintes endereços:

01) RUA LÚCIO SÊNECA, BAIRRO VILA INGLESA n. 79, CS. 01, SÃO PAULO/SP – CEP n. 04.653-223;

02) RUA PEDRO LOPES DA SILVA, n. 35, CASA, VILA ACUDINHO, SÃO JOSÉ DO BELMONTE, PERNAMBUCO.

02 – OUTRAS DELIBERAÇÕES.

Em relação às respostas à acusação apresentada por **BRUNO LOPEZ DE MOURA** (resposta à acusação – evento n. 66), **CLEBER VINICIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA** (resposta à acusação – evento n. 74), **THONNY ANDERSON DA SILVA CARVALHO** (resposta à acusação – evento n. 88), **ALEF MANGUEIRA SEVERINO PEREIRA** (resposta à acusação – evento n. 95), **JESUS EMILIANO TRINDADE FLORES** (resposta à acusação – evento n. 93) e **SIDCLEY FERREIRA PEREIRA** (resposta à acusação – evento n. 80), estas serão analisadas em momento oportuno.

Determino ainda que o Cartório habilite o advogado Dr. Jeffrey Chiquini da Costa (OAB/PR n. 65.371), e em seguida, proceda sua intimação para no prazo de 05 (cinco) dias acostar procuração devidamente assinada pelo acusado **JESUS EMILIANO TRINDADE FLORES**, bem como proceda à habilitação dos defensores dos acusados **CLEBER VINICIUS ANTUNES DA SILVA** (evento n. 73 – arquivo 01), **SIDCLEY FERREIRA PEREIRA** (evento n. 64 – arquivo 02) e **THONNY ANDERSON DA SILVA CARVALHO** (evento n. 88 – arquivo 02) nos presentes autos.

Por fim, determino que a Secretária certifique acerca do recebimento e/ou devolução da carta precatória do acusado **IGOR AQUINO DA SILVA** (evento n. 35).

Ao Cartório para as providências necessárias.

Goiânia, hora e data da assinatura digital.

ALESSANDRO PEREIRA PACHECO

Juiz de Direito da 2ª Vara Estadual de Repressão ao Crime Organizado e à Lavagem
de Capitais do Estado de Goiás

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:50

Zimbra

https://webmail.tjgo.jus.br/h/printmessage?id=116063&tz=America/Bahia

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:50

Zimbra

upj.orgcriminosagyn@tjgo.jus.br

Compartilhamento de provas

De : Coordenadoria de Recursos Especiais seg., 25 de mar. de 2024 09:54
- DIESP - [PC] <core-goe-
diesp@pc.rs.gov.br> 1 anexo

Assunto : Compartilhamento de provas


Para : upj.orgcriminosagyn
<upj.orgcriminosagyn@tjgo.jus.br>

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juíz(a),

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, solicito para fins de complemento de investigação, compartilhamento de provas dos processos envolvendo Bruno Lopez de Moura e Thiago Chambó Andrade, conforme ofício anexo.

Respeitosamente,

DIESP - Delegacia de Investigações Especiais
Av. Bento Gonçalves, 8855, Prédio 13,
Cidade da Polícia, Porto Alegre/RS
51-3288-2612

 **OFICIO_TJ_GOIAS__281_29assinado.pdf**
183 KB



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL
DIESP

Porto Alegre, 22 de março de 2024.

Ofício nº: 96/2024/100873

Página 1

Exmo(a). Sr(a). Dr(a).
Juiz(a) de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Fórum de Goiânia

Assunto: Compartilhamento de Provas

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a),

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a),

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, informo que está tramitando nesta Delegacia, investigação criminal para apurar o envolvimento de Thiago Chambó Andrade, CPF 096.237.139-40 e Bruno Lopez de Moura, CPF 432.114.018-81 (investigados na Operação Penalidade Máxima) em esquema de fraude de resultados de jogos de futebol, fraude em apostas, lavagem de dinheiro e organização criminosa no Rio Grande do Sul e em outros Estados da Federação.

Por entender que os processos em que tais indivíduos são investigados é de suma importância no auxílio e complemento das investigações desta Especializada, solicito acesso, compartilhamento de provas constantes nos autos que tramitam nesse Tribunal de Justiça e cópia integral do procedimento.

Sendo o que tinha para o momento, renovo votos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente,

AV BENTO GONCALVES, 8855/13 - PARTENON-S JOSE-AGRO, Porto Alegre/RS
CEP 90650-002 - Fone (51) 3288-2600

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:50



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL
DIESP

Porto Alegre, 22 de março de 2024.

Ofício nº: 96/2024/100873

Página 2

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCO ANTONIO DUARTE DE SOUZA
Data: 22/03/2024 13:27:59-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

MARCO ANTONIO DUARTE DE SOUZA,
Delegado(a) de Polícia.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:50

AV BENTO GONCALVES, 8855/13 - PARTENON-S JOSE-AGRO, Porto Alegre/RS
CEP 90650-002 - Fone (51) 3288-2600



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES DA COMARCA DE GOIÂNIA/GO

Processo nº 5452324-26.2023.8.09.0051

PEDRO HENRIQUE AZEVEDO PEREIRA, já qualificado às fls., por seus advogados e bastante procuradores infra-assinados, nos autos em epígrafe, em trâmite perante esse MM. Juízo e respectivo Cartório, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, *requerer a juntada do incluso substabelecimento de poderes*.

Termos em que,
Pede Espera Deferimento.
De São Paulo/SP,
Para Goiânia/GO, 27 de março de 2024.

P.p. DANIEL LEON BIALSKI
OAB/SP 125.000

P.p. LUÍS FELIPE D'ALÓIA
OAB/SP 336.319

P.p. GUSTAVO ALVARES CRUZ
OAB/SP 386.305



SUBSTABELECIMENTO

Substabelecemos, com reservas, os poderes que nos foram outorgados por **PEDRO HENRIQUE AZEVEDO PEREIRA**, nos autos da ação penal nº 5452324-26.2023.8.09.0051, em trâmite perante a 2ª Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem ou Ocultações de Bens, Direitos e Valores da Comarca de Goiânia, ao advogado **RODRIGO DE ALMEIDA CARDOSO PITA**, inscrito na OAB/GO 51.390, com escritório à Rua Florianópolis, n.428, sala 1002, Alto da Glória, Goiânia/GO - CEP 74.815-770.

São Paulo/SP, 27 de março 2024.

DANIEL LEON BIALSKI
OAB/SP 125.000

LUÍS FELIPE D'ALÓIA
OAB/SP 336.319

GUSTAVO ALVARES CRUZ
OAB/SP 386.305



Poder Judiciário do Estado de Goiás
Comarca de Goiânia

**UPJ - VARAS RELATIVAS AOS CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO
CRIMINOSA**

Rua 72 Qd 15/19, Sala 516/517, 5º Andar - Fórum Criminal, Jardim Goiás
CEP - 74805480 TEL: (62) 3018-8423 (WhatsApp), e-
mail:"upj.orgcriminosagyn@tjgo.jus.br"



CERTIDÃO

Processo: 5452324-26.2023.8.09.0051

Certifico que, na presente data, considerando a juntada do substabelecimento com reservas de poderes na movimentação n. 109, promovo a habilitação nos presentes autos do advogado **Dr. Rodrigo de Almeida Cardoso Pita**, inscrito na OAB/GO n. 51.390.

Nada mais a certificar.

GOIÂNIA - GO, 1 de abril de 2024.

FELIPE CHRISTOPHER RODRIGUES DA SILVA
Estagiário

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:51



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

UPJ - Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de
Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

REQUERIMENTO DE CÓPIA DAS MÍDIAS

Eu, RODRIGO DE ALMEIDA C. PITA,
inscrito no CPF/OAB sob o n. 51.390/40, telefone
n. 98231-0921 - solicito ao responsável pelo Cartório Unidade
de Processamento Judicial das Varas dos Feitos Relativo a
Delitos Praticados por Organização Criminosa - UPJ, o acesso
e a cópia das mídias referentes aos processos
n. 5452324-26.2023.8.09.0051
5276156-72 (original)

**O requerente foi cientificado que a Escrivania Judiciária
desta Unidade de Processamento Judicial – UPJ, TERÁ O
PRAZO ESTIMADO DE ATÉ 72 (setenta e duas) horas
para atender o requerimento, PODENDO ESTE PRAZO
SER PRORROGADO.**

**Por ocasião do requerimento, foi advertido que os
aparelhos eletrônicos fornecidos pelos requerentes deverão
ter capacidade suficiente para efetivação da cópia dos
documentos solicitados.**

**Certifico por derradeiro, que a advogada deixou um
aparelho HD marca TOSHIBA com capacidade de
2T para efetivar a cópia das mídias.**

Goiânia, 01 de 04 de 2024.

Recebido pelo Estagiário(a): Sarah Dion Frain
Estagiário(a) responsável pela mídia: Felipe

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:51



Poder Judiciário do Estado de Goiás

COMARCA DE GOIÂNIA

UPJ RELATIVA À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Fórum - Av. Olinda, Qd. G Lt. 04 Fórum Cível Dr. Heitor de Moraes Fleury 0 , 10º Andar, Sala 1015 e Área Externa, Sala da Banca 11, sala 517, 5º andar, PARQUE LOZANDES, 62 3018-8423, GOIÂNIA - GO, CEP: 74884120, TEL: (62) 3018-8423.

e-mail: organizacaocriminosa@tjgo.jus.br



Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:51

PROCESSO: 5452324-26.2023.8.09.0051

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento a Decisão do evento 107, verifiquei que os advogados Dr. Ademar Rigueira Neto, OAB/PE nº 11.308 e Dr. Vinicius Costa Rocha, OAB/PE nº 60.124, já estão habilitados no presente feito em favor do acusado Igor Aquino da Silva. Já a advogada Dra. Camila Velloso, OAB/PE nº 13.973, não possui cadastro no Projudi.

Certifico também que, o advogado Dr. Carlos Henrique Neves Melo, OAB/BA nº 38.994, já está habilitado nos autos em favor do acusado Pedro Henrique Azevedo Pereira. Ademais, procedi à habilitação dos advogados Dr. Daniel Leon Bialski, OAB/SP nº 125.000, Dr. Luis Felipe D'alóia, OAB/SP nº 336.319 e Dr. Gustavo Alvares Cruz, OAB/SP nº 386.305, em favor do retromencionado acusado.

Os advogados Dr. Hugo Leonardo, OAB/SP nº 252.869, Dr. Marcelo Pucci Maia, OAB/SP nº 391.119 e Dra. Fabiana Logulho, OAB/SP nº 392.904, já estão habilitados para o acusado Adailson Freire Pereira da Silva. Já a advogada Dra. Luisa Jank, OAB/SP nº 490.896, não possui cadastro no Projudi.

Certifico ainda que, procedi à habilitação do advogado Dr. William Albuquerque de Sousa Faria, OAB/SP nº 336.388, em favor do acusado Thiago Chambó Andrade. Já a advogada Dr. Giovana Torres Perez, OAB/SP nº 418.668, não possui cadastro no Projudi.

Outrossim, procedi à habilitação dos advogados Dr. Allan Hahнемann Ferreira, OAB/GO nº 24.288, Dr. Rodolfo da Silva Moraes, OAB/GO nº 31.340 e Dr. Diogo Jorge Medeiros Marques, OAB/GO nº 56.656, em favor do acusado Ícaro Fernando Calixto dos Santos.

Por conseguinte, procedi à habilitação do advogado Dr. Anderson Aparecido de Godoi, OAB/SP nº 410.439, em favor do acusado Luís Felipe Rodrigues de Castro.

Também procedi à habilitação dos advogados Dr. Matheus Segala Batista, OAB/SP nº 427.036 e Dra. Mayara Baldo de Oliveira, OAB/SP nº 435.832, em favor do acusado Romário Hugo dos Santos.

Ademais, procedi à habilitação do advogado Dr. Eder Luis Anicias da Silva, OAB/SP nº 294.519, em favor do acusado Victor Yamasaki Fernandes.

Além disso, procedi à habilitação do advogado Dr. Jeffrey Chiquini da Costa, OAB/PR nº 65.371, em favor do acusado Jesus Emiliano Trindade Flores.

Assevero que procedi à habilitação do advogado Dr. Eduardo Zanoncini Miléo, OAB/PR nº 34.662, em favor do acusado Cléber Vinicius Rocha Antunes da Silva, bem como habilitei os advogados Dr. Jeffrey Chiquini da Costa, OAB/PR nº 65.371 e Dr. Hendrix Barbosa Lamarques, OAB/PR nº 106.237, em favor do acusado Sidcley Ferreira Pereira. Já os advogados Alexandre Franco Neves, OAB/PR nº 105.302, Dr. Bruno Andrade do Nascimento, OAB/PR nº 107.023 e Dr. Pedro Floriani Burda, OAB/PR nº 118.105, não possuem cadastro no Projudi.

Por fim, procedi à habilitação do advogado Dr. Sérgio Gonini Benício, OAB/SP nº 195.470, em favor do acusado Thonny Anderson da Silva Carvalho.

Goiânia-GO, 3 de abril de 2024.

RHANIELY RODRIGUES BRAGA
Analista Judiciária

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:51



Poder Judiciário do Estado de Goiás

COMARCA DE GOIÂNIA

UPJ RELATIVA À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Fórum - Av. Olinda, Qd. G Lt. 04 Fórum Cível Dr. Heitor de Moraes Fleury 0 , 10º Andar, Sala 1015 e Área Externa, Sala da Banca 11, sala 517, 5º andar, PARQUE LOZANDES, 62 3018-8423, GOIÂNIA - GO, CEP: 74884120, TEL: (62) 3018-8423.

e-mail: organizacaocriminosa@tjgo.jus.br



Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:52

PROCESSO: 5452324-26.2023.8.09.0051

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento à Decisão do evento 107, procedo à intimação dos defensores dos acusados Igor Aquino da Silva, Pedro Henrique Azevedo Pereira, Adailson Freire Pereira da Silva, Thiago Chambó Andrade, Ícaro Fernando Calixto dos Santos, Luís Felipe Rodrigues de Castro, Romário Hugo dos Santos e Victor Yamasaki Fernandes, para que informem se ainda patrocinam e/ou se também contribuem com a defesa dos acusados inframencionados nos presentes autos, em caso positivo, que apresentem a resposta à acusação no prazo legal.

No caso do defensor Dr. Anderson Aparecido de Godoi, OAB/SP nº 410.439, (advogado de Luís Felipe Rodrigues), caso este patrocine a defesa do acusado mencionado, deverá acostar nos presentes autos a procuração devidamente assinada.

Também procedo à intimação do defensor do acusado Jesus Emiliano Trindade Flores para acostar procuração devidamente assinada pelo referido acusado.

Goiânia-GO, 3 de abril de 2024.

RHANIELY RODRIGUES BRAGA
Analista Judiciária

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de Igor Aquino da Silva - Polo Passivo (Referente à Mov. Certidão Expedida - 03/04/2024 15:35:57)) do dia 03/04/2024 15:39:12 não possui "Arquivos".

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de Pedro Henrique Azevedo Pereira - Polo Passivo (Referente à Mov. Certidão Expedida - 03/04/2024 15:35:57)) do dia 03/04/2024 15:39:12 não possui "Arquivos".

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de Adailson Freire Pereira Da Silva - Polo Passivo (Referente à Mov. Certidão Expedida - 03/04/2024 15:35:57)) do dia 03/04/2024 15:39:12 não possui "Arquivos".

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de Thiago Chambo Andrade - Polo Passivo (Referente à Mov. Certidão Expedida - 03/04/2024 15:35:57)) do dia 03/04/2024 15:39:12 não possui "Arquivos".

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de Icaro Fernando Calixto Dos Santos - Polo Passivo (Referente à Mov. Certidão Expedida - 03/04/2024 15:35:57)) do dia 03/04/2024 15:39:12 não possui "Arquivos".

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de Luis Felipe Rodrigues De Castro - Polo Passivo (Referente à Mov. Certidão Expedida - 03/04/2024 15:35:57)) do dia 03/04/2024 15:39:12 não possui "Arquivos".

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de Romario Hugo Dos Santos - Polo Passivo (Referente à Mov. Certidão Expedida - 03/04/2024 15:35:57)) do dia 03/04/2024 15:39:12 não possui "Arquivos".

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de Victor Yamasaki Fernandes - Polo Passivo (Referente à Mov. Certidão Expedida - 03/04/2024 15:35:57)) do dia 03/04/2024 15:39:12 não possui "Arquivos".

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de Jesus Emiliano Trindade Flores - Polo Passivo (Referente à Mov. Certidão Expedida - 03/04/2024 15:35:57)) do dia 03/04/2024 15:39:13 não possui "Arquivos".

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:52



Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 03/04/2024 às 16:16

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	809202410378424
Documento:	CARTA PRECATÓRIA - Igor Aquino da Silva.pdf
Remetente:	Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores - Goiânia (Rhaniely Rodrigues Braga)
Destinatário:	Núcleo de Distribuição e Informações Processuais do 1º Grau (TJPE)
Data de Envio:	03/04/2024 16:13:01
Assunto:	Boa tarde! Encaminho-vos Carta Precatória e Denúncia para ciência e providências. Atenciosamente, Rhaniely Rodrigues Braga.

Código de rastreabilidade:	809202410378425
Documento:	DENÚNCIA - 5452324-26.2023.8.09.0051_compressed.pdf
Remetente:	Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores - Goiânia (Rhaniely Rodrigues Braga)
Destinatário:	Núcleo de Distribuição e Informações Processuais do 1º Grau (TJPE)
Data de Envio:	03/04/2024 16:13:01
Assunto:	Boa tarde! Encaminho-vos Carta Precatória e Denúncia para ciência e providências. Atenciosamente, Rhaniely Rodrigues Braga.



Imprimir



Poder Judiciário do Estado de Goiás
Comarca de Goiânia

**UPJ - VARAS RELATIVAS AOS CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO
CRIMINOSA**

Rua 72 Qd 15/19, Sala 516/517, 5º Andar - Fórum Criminal, Jardim Goiás
CEP - 74805480 TEL: (62) 3018-8423 (WhatsApp), e-
mail:"upj.orgcriminosagyn@tjgo.jus.br"



CERTIDÃO

Processo: 5452324-26.2023.8.09.0051

Certifico que, na presente data, compareceu no balcão desta Unidade Judiciária o Dr. Rodrigo de Almeida Cardoso Pita, para fornecer 2 (dois) novos HD's, em razão do primeiro HD 2TB não suportar o tamanho das mídias já requeridas, conforme evento n. 111.

Certifico ainda que, segue anexo, novo requerimento de mídia.

Nada mais a certificar.

GOIÂNIA - GO, 3 de abril de 2024.

FELIPE CHRISTOPHER RODRIGUES DA SILVA
Estagiário

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:52



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

UPJ - Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

REQUERIMENTO DE CÓPIA DAS MÍDIAS

Eu, RODRIGO DE ALMEIDA CARVALHO PITA,
inscrito no CPF/OAB sob o n. 51.390/GO, telefone
n. 62-98231-0921 solicito ao responsável pelo Cartório Unidade
de Processamento Judicial das Varas dos Feitos Relativo a
Delitos Praticados por Organização Criminosa - UPJ, o acesso
e a cópia das mídias referentes aos processos
n. 5452324-26
5276156-72

**O requerente foi cientificado que a Escrivania Judiciária
desta Unidade de Processamento Judicial – UPJ, TERÁ O
PRAZO ESTIMADO DE ATÉ 72 (setenta e duas) horas
para atender o requerimento, PODENDO ESTE PRAZO
SER PRORROGADO.**

**Por ocasião do requerimento, foi advertido que os
aparelhos eletrônicos fornecidos pelos requerentes deverão
ter capacidade suficiente para efetivação da cópia dos
documentos solicitados (tamanho mínimo sugerido de
2TB).**

Certifico por derradeiro, que a advogada deixou um
aparelho TOSHIBA marca 2 HD com capacidade de
2TB para efetivar a cópia das mídias.

Goiânia, 03 de 04 de 2024.

Recebido pelo Estagiário(a): Felipe
Estagiário(a) responsável pela mídia: Felipe



Poder Judiciário do Estado de Goiás - Comarca de Goiânia
UPJ – VARAS RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE CAPITAIS
Av. Olinda, 722 Qd G, Lt. 04 Sala 1.015, 10º Andar - Fórum Cível, Park Lozandes
CEP - 74884120 TEL: (62) 3018-8423 (WhatsApp)
e-mail: upj.orgcriminosagyn@tjgo.jus.br

Processo: 5276156-72.2023.8.09.0051 e 5452324-26.2023.8.09.0051

CERTIDÃO DE ENTREGA DE MÍDIAS

Certifico que, na presente data, compareceu em balcão desta Unidade Judiciária, o causídico Dr. Rodrigo de Almeida Cardoso Pita, inscrito na OAB/GO sob nº 51.390, momento que, **procedi** com a **entrega** da cópia das mídias requeridas pelo advogado supracitado.

Certifico mais que, foi entregue a cópia das mídias vinculadas aos autos sob nº **5276156-72 e 5452324-26**, ora divididas e armazenadas em 3 (três) HD's externo TOSHIBA, nomeados de PARTE I, II E III, com capacidade de 2TB cada. Destaca-se que, a princípio, o objeto (mídias) da presente certidão jurídica, foi requerida pelo causídico retromencionado, no evento n. 434 e 111 destes autos, respectivamente.

Seguem anexas, as propriedades das referidas mídias para inspeção.
Nada mais a certificar.

Goiânia, 10 de abril de 2024.

Rodrigo de Almeida Cardoso Pita
Advogado

Felipe Christopher R. da Silva
Estagiário

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:55

CAPTURAS DE TELA/PRINTS CONCERNENTES AS CÓPIAS DAS MÍDIAS ORA REQUERIDAS NA CERTIDÃO ANEXA - PROCESSO Nº 5276156-72.2023.8.09.0051.

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas ao PENDRIVE desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 10,6 GB (11.473.081.711 bytes) e tamanho em disco de 10,6 GB (11.479.146.496 bytes) com 3.449 arquivos e 236 pastas, acerca do Ofício n. 456/2023/0042/100/28843/CSI-MPGO, ora vinculada aos autos 5276156-72.2023.8.09.0051.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD do Advogado, possuindo tamanho de 10,6 GB (11.473.081.711 bytes) e tamanho em disco de 10,6 GB (11.479.212.032 bytes) com 3.449 arquivos e 236 pastas, acerca do Ofício n. 456/2023/0042/100/28843/CSI-MPGO, ora vinculada aos autos 5276156-72.2023.8.09.0051.

Propriedades de Dados_originais, ...

Geral Personalizado

3,449 Arquivos, 236 Pastas

Tipo: Vários Tipos

Local: Todos em E:\

Tamanho: 10,6 GB (11.473.081.711 bytes)

Tamanho em disco: 10,6 GB (11.479.146.496 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura ☐ Oculto Avançados...

OK Cancelar Aplicar

Propriedades de Dados_originais, ...

Geral Personalizado

3,449 Arquivos, 236 Pastas

Tipo: Vários Tipos

Local: Todos em F:\5676156-72\Ofício n. 456-2023-0042

Tamanho: 10,6 GB (11.473.081.711 bytes)

Tamanho em disco: 10,6 GB (11.479.212.032 bytes)

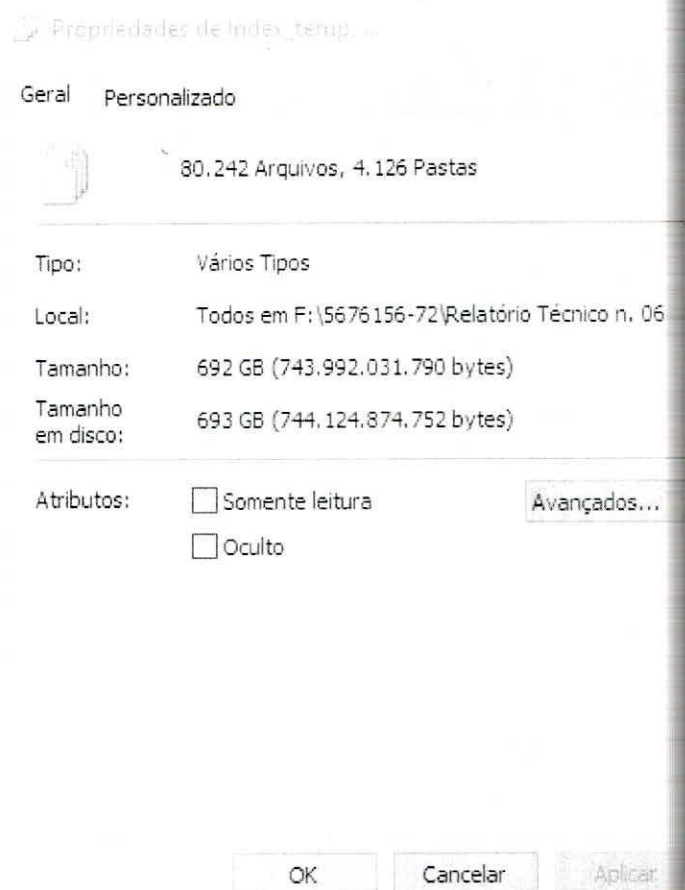
Atributos: ☐ Somente leitura ☐ Oculto Avançados...

OK Cancelar Aplicar

X

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 692 GB (743.992.031.790 bytes) e tamanho em disco de 692 GB (744.085.897.216 bytes) com 80.242 arquivos e 4.126 pastas, acerca do Relatório Técnico n. 063/0043/011/29321/28MAR2023 /CSI-MPGO, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD do Advogado, possuindo tamanho de 692 GB (743.992.031.790 bytes) e tamanho em disco de 693 GB (744.124.874.752 bytes) com 80.242 arquivos e 4.126 pastas, acerca do Relatório Técnico n. 063/0043/011/ 29321/ 28MAR2023 /CSI-MPGO, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.



O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas ao CD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 357 GB (375.049.643 bytes) e tamanho em disco de 357 GB (375.054.366 bytes) com 4 arquivos e 0 pasta, acerca do PIC -202300100154 – Interrogatório – Operação, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD do Advogado, possuindo tamanho de 357 GB (375.049.643 bytes) e tamanho em disco de 357 GB (375.058.432 bytes) com 4 arquivos e 0 pasta, acerca do PIC -202300100154 – Interrogatório – Operação, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

Propriedades de INTERROGATÓRIO - ONITLASI JUNIOR ... X

Geral Detalhes



4 Arquivos, 0 Pastas

Tipo: Vários Tipos
Local: Todos em D:\
Tamanho: 357 MB (375.049.643 bytes)
Tamanho em disco: 357 MB (375.054.336 bytes)

Atributos: ☒ Somente leitura
☐ Oculto
☐ Arquivo morto

OK

Cancelar

Aplicar

Propriedades de INTERROGATÓRIO - ONITLASI JUNIOR ... X

Geral Detalhes



4 Arquivos, 0 Pastas

Tipo: Vários Tipos
Local: Todos em F:\5676156-72\Pasta Arquivo 01 - PIC 2
Tamanho: 357 MB (375.049.643 bytes)
Tamanho em disco: 357 MB (375.058.432 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura
☐ Oculto

Avançados...

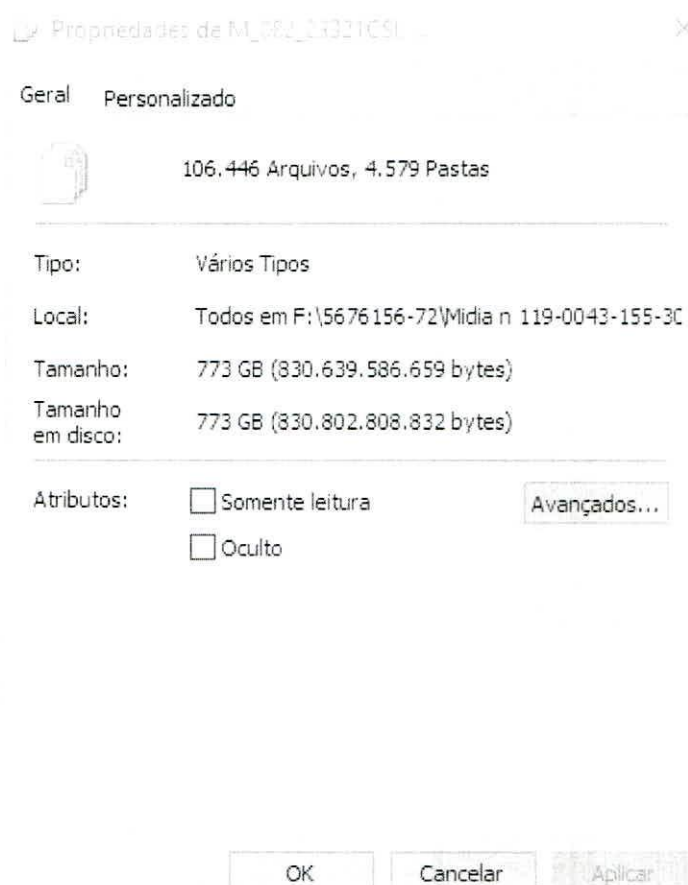
OK

Cancelar

Aplicar

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 773 GB (830.639.586.659 bytes) e tamanho em disco de 773 GB (830.802.808.832 bytes) com 106.446 arquivos e 4.579 pastas, acerca do Ofício n. 253/0086/107/29632/2023/GAECO, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD do Advogado, possuindo tamanho de 773 GB (830.639.586.659 bytes) e tamanho em disco de 773 GB (830.802.808.832 bytes) com 106.446 arquivos e 4.579 pastas, acerca do Ofício n. 253/ 0086/ 107/ 29632 / 2023 / GAECO, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.



O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas ao PENDRIVE desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 88,9 GB (95.461.800.025 bytes) e tamanho em disco de 88,9 GB (95.493.033.984 bytes) com 47.040 arquivos e 973 pastas, acerca do Relatório Técnico n. 007/0043/ 155/ 302225/ 2ABR2023 / CSI-MPGO, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD do Advogado, possuindo tamanho de 88,9 GB (95.461.800.025 bytes) e tamanho em disco de 88,9 GB (95.529.267.200 bytes) com 47.040 arquivos e 973 pastas, acerca do Relatório Técnico n. 007/0043/155/302225/2ABR2023/CSI-MPGO, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

Propriedades de ufdr, ...

Geral Personalizado



47.040 Arquivos, 973 Pastas

Tipo: Vários Tipos
Local: Todos em E:\
Tamanho: 88,9 GB (95.461.800.025 bytes)
Tamanho em disco: 88,9 GB (95.493.033.984 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura Avançados...
☐ Oculto

OK

Cancelar

Aplicar

Propriedades de ufdr, ...

Geral Personalizado



47.040 Arquivos, 973 Pastas

Tipo: Vários Tipos
Local: Todos em F:\5676156-72\Relatório Técnico n. 007-
Tamanho: 88,9 GB (95.461.800.025 bytes)
Tamanho em disco: 88,9 GB (95.529.267.200 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura Avançados...
☐ Oculto

OK

Cancelar

Aplicar

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas ao CD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 4,33 GB (4.660.591.205 bytes) e tamanho em disco de 4,33 GB (4.660.643.840 bytes) com 47 arquivos e 0 pasta, acerca do PIC 202300100454, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD do Advogado, possuindo tamanho de 4,33 GB (4.660.591.205 bytes) e tamanho em disco de 4,33 GB (4.660.682.752 bytes) com 47 arquivos e 0 pasta, acerca do PIC 202300100454, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

Propriedades de INT - FELIPE RODRIGUES PIOVESAN - ...

Geral Detalhes



47 Arquivos, 0 Pastas

Tipo: Vários Tipos
Local: Todos em D:\
Tamanho: 4,33 GB (4.660.591.205 bytes)
Tamanho em disco: 4,33 GB (4.660.643.840 bytes)

Atributos: ☒ Somente leitura
☐ Oculto
☐ Arquivo morto

OK

Cancelar

Aplicar

Propriedades de INT - ÍCARO FERNANDO CALIXTO DO...

Geral Detalhes



47 Arquivos, 0 Pastas

Tipo: Vários Tipos
Local: Todos em F:\5676156-72\PIC 202300100454
Tamanho: 4,33 GB (4.660.591.205 bytes)
Tamanho em disco: 4,33 GB (4.660.682.752 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura
☐ Oculto

Avançados...

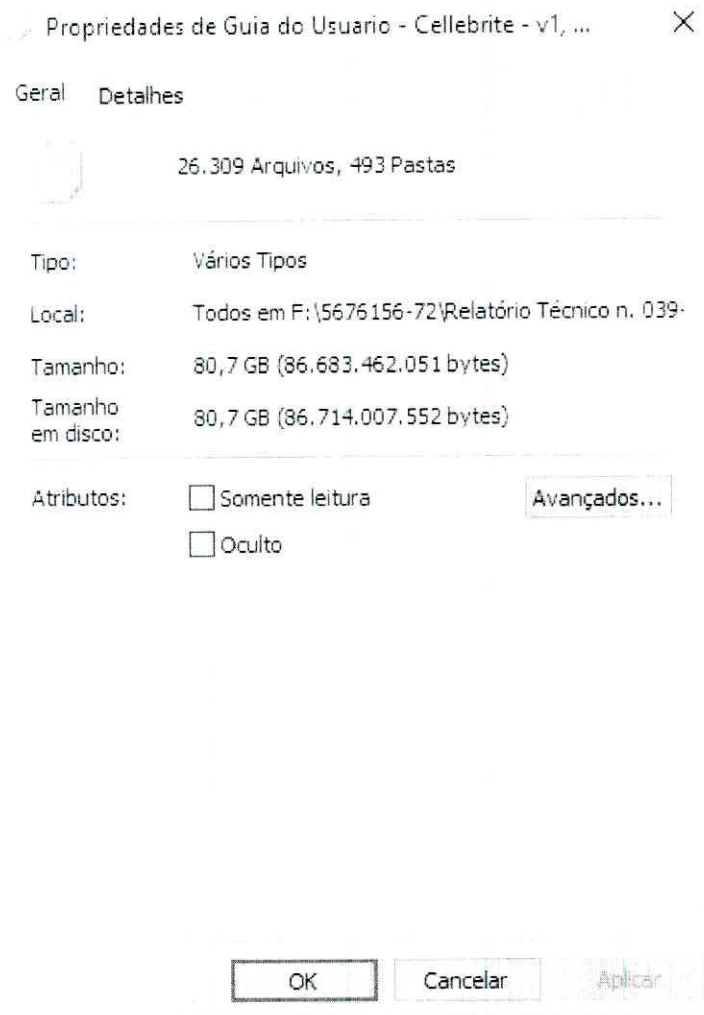
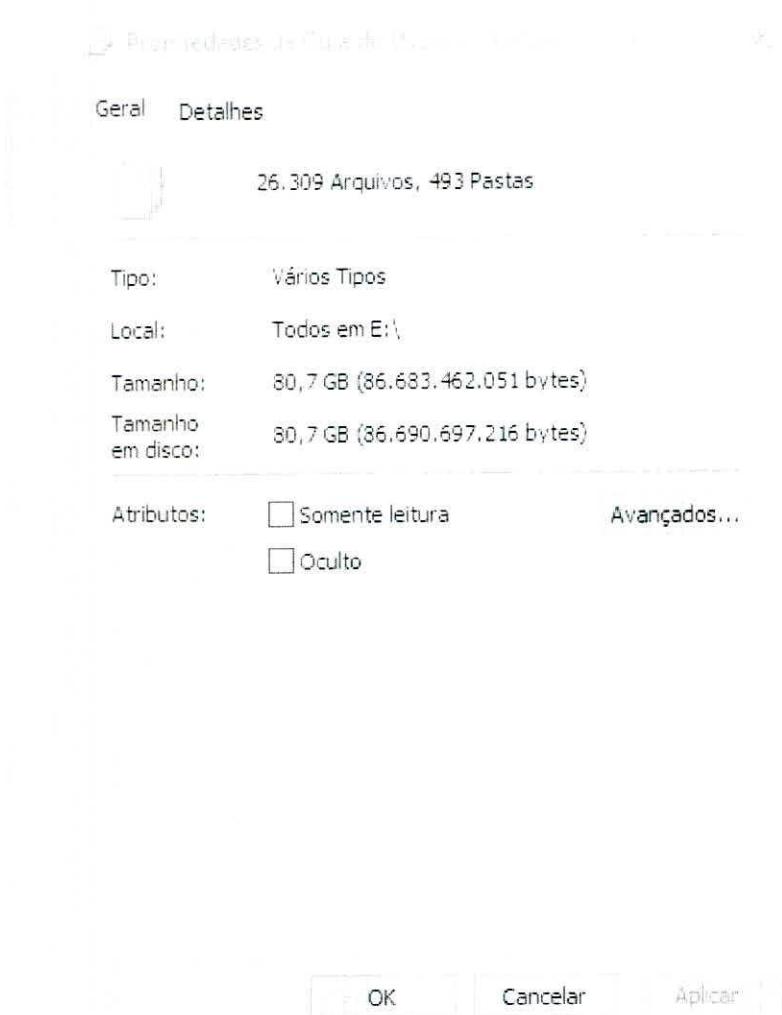
OK

Cancelar

Aplicar

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas ao PENDRIVE desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 80,7 GB (86.683.462.051 bytes) e tamanho em disco de 80,7 GB (86.690.697.216 bytes) com 26.309 arquivos e 493 pastas, acerca do Relatório Técnico n. 039/0043/155/29321/27FEV2023/CSI-MPGO, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD do Advogado, possuindo tamanho de 80,7 GB (86.683.462.051 bytes) e tamanho em disco de 80,7 GB (86.714.007.552 bytes) com 26.309 arquivos e 493 pastas, acerca do Relatório Técnico n. 039/0043/155/29321/27FEV2023/CSI-MPGO, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.



[Handwritten signature]

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas ao CD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 36,1 MB (37.861.767 bytes) e tamanho em disco de 36,3 MB (38.107.136 bytes) com 186 arquivos e 25 pastas, acerca do Ofício n. 308/0086/107/29632/2023/GAECO, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD do Advogado, possuindo tamanho de 36,1 MB (37.861.767 bytes) e tamanho em disco de 36,3 MB (38.096.896 bytes) com 186 arquivos e 25 pastas, acerca do Ofício n. 308/0086/107/29632/2023/GAECO, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

Propriedades de Caso #000508, Transmissao #05370, e... X

Geral Personalizado

186 Arquivos, 25 Pastas

Tipo: Vários Tipos

Local: Todos em D:\

Tamanho: 36,1 MB (37.861.767 bytes)

Tamanho em disco: 36,3 MB (38.107.136 bytes)

Atributos: ☒ Somente leitura
☐ Oculto
☐ Arquivo morto

OK Cancelar Aplicar

Propriedades de Caso #000508, Transmissao #05379, e...

Geral Personalizado

186 Arquivos, 25 Pastas

Tipo: Vários Tipos

Local: Todos em F:\5676156-72\Oficio n. 308-0086-107

Tamanho: 36,1 MB (37.861.767 bytes)

Tamanho em disco: 36,3 MB (38.096.896 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura ☐ Oculto

Avançados...

OK Cancelar Aplicar

X

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas ao CD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 3,95 GB (4.247.149.034 bytes) e tamanho em disco de 3,95 GB (4.247.216.128 bytes) com 28 arquivos e 8 pastas, acerca do PIC 202200464574, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD do Advogado, possuindo tamanho de 3,25 GB (3.493.092.286 bytes) e tamanho em disco de 3,25 GB (3.493.158.912 bytes) com 28 arquivos e 8 pastas, acerca do PIC 202200464574, ora vinculada aos autos **5276156-72.2023.8.09.0051**.

Propriedades de PIC 202200464574

Geral

Compartilhamento

Personalizado

PIC 202200464574

Tipo: Pasta de arquivos

Local: D:\

Tamanho: 3,95 GB (4.247.149.034 bytes)

Tamanho em disco: 3,95 GB (4.247.216.128 bytes)

Contém: 28 Arquivos, 8 Pastas

Criado: terça-feira, 14 de março de 2023, 16:21:38

Atributos: ☒ Somente leitura (arquivos da pasta)
☐ Oculto
☐ Arquivo morto

OK

Cancelar

Aplicar

Propriedades de PIC 202200464574

Versões Anteriores

Personalizado

Geral

Compartilhamento

Segurança

PIC 202200464574

Tipo: Pasta de arquivos

Local: D:\5676156-72\Midia Arquivo - PIC 202200464574

Tamanho: 3,25 GB (3.493.092.286 bytes)

Tamanho em disco: 3,25 GB (3.493.158.912 bytes)

Contém: 28 Arquivos, 8 Pastas

Criado em: quinta-feira, 4 de abril de 2024, 21:27:30

Atributos: ☒ Somente leitura (arquivos da pasta)
☐ Oculto

OK

Cancelar

Aplicar

Avançados...



CAPTURAS DE TELA/PRINTS CONCERNENTES AS CÓPIAS DAS MÍDIAS ORA REQUERIDAS NA CERTIDÃO ANEXA - PROCESSO Nº 5452324-26.2023.8.09.0051.

(Devido o HD armazenado neste Juízo possuir 3TB, realizei a repartição entre 3 (três) HD's do Advogado, nomei em PARTE I, II e III).

Os primeiros PRINTS referem-se as mídias armazenadas no HD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 3,00 TB (3.300.238.957.143 bytes) e tamanho em disco de 3,00 TB (3.301.053.231.104 bytes) com 516.434 arquivos e 10.652 pastas, acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos 5452324-26.2023.8.09.0051.

Os segundos PRINTS referem-se as mídias armazenadas ao HD – PARTE I do Advogado, possuindo tamanho de 156 GB (168.470.997.437 bytes) e tamanho em disco de 157 GB (168.898.363.392 bytes) com 179.569 arquivos e 3.084 pastas, acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos 5452324-26.2023.8.09.0051.

Propriedades de 2023_0043_011_30473_CT584, ...

Geral

Detalhes

516.434 Arquivos, 10.652 Pastas

Tipo:

Vários Tipos

Local:

Todos em D:\

Tamanho:

3,00 TB (3.300.238.957.143 bytes)

Tamanho em disco:

3,00 TB (3.301.053.231.104 bytes)

Atributos:

☐ Somente leitura

☐ Oculto

Avançados...

OK

Cancelar

Aplicar

Propriedades de 2023_0043_011_30473_CT584, ...

Geral

Detalhes

179.569 Arquivos, 3.084 Pastas

Tipo:

Vários Tipos

Local:

Todos em F:\5452324-26

Tamanho:

156 GB (168.470.997.437 bytes)

Tamanho em disco:

157 GB (168.898.363.392 bytes)

Atributos:

☐ Somente leitura

☐ Oculto

Avançados...

OK

Cancelar

Aplicar

Computador > MD_324_30473CSI (D:)

Nome	Data de modificação
30473CSI	13/11/2023 08:50
2023_0043_011_30473_CT584	13/11/2023 13:29
2023_0043_011_30473_CT584.pdf.sha	13/11/2023 13:32
2023_0043_011_30473_RT126	22/06/2023 16:26
2023_0043_011_30473_RT126.pdf.sha	13/11/2023 08:51
checksum.sha	09/11/2023 06:29

Computador > TOSHIBA EXT (F:) > 5452324-26

Nome	Data de modif
30473CSI	08/04/2024 16:16
2023_0043_011_30473_CT584	13/11/2023 13:29
2023_0043_011_30473_CT584.pdf.sha	13/11/2023 13:32
2023_0043_011_30473_RT126	22/06/2023 16:26
2023_0043_011_30473_RT126.pdf.sha	13/11/2023 08:51
checksum.sha	09/11/2023 06:29

e Computador > MD_324_30473CSI (D:) > 30473CSI

Nome	Data de modificação
Hashes	13/11/2023 08:50
IMAGENS	19/06/2023 18:19
IPED	02/09/2023 10:28

e Computador > TOSHIBA EXT (F:) > 5452324-26 > 30473CSI

Nome	Data de modif
Hashes	05/04/2024 17:31
IPED - parte 1	08/04/2024 18:16

X

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas no HD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 49,5 MB (51.963.111 bytes) e tamanho em disco de 49,5 MB (51.974.144 bytes) com 7 arquivos e 0 pasta, referente a pasta nomeada HASHES acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos 5452324-26.2023.8.09.0051.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao **HD – PARTE I** do Advogado, possuindo tamanho de 49,5 MB (51.963.111 bytes) e tamanho em disco de 49,5 MB (51.978.240 bytes) com 7 arquivos e 0 pasta, referente a pasta nomeada HASHES acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos 5452324-26.2023.8.09.0051.

Propriedades de Hashes

Versões Anteriores

Personalizado

Geral

Compartilhamento

Segurança

Hashes

Tipo: Pasta de arquivos

Local: D:\30473CSI

Tamanho: 49,5 MB (51.963.111 bytes)

Tamanho em disco: 49,5 MB (51.974.144 bytes)

Contém: 7 Arquivos, 0 Pastas

Criado em: segunda-feira, 13 de novembro de 2023, 08:50:10

Atributos: ☒ Somente leitura (arquivos da pasta)

☐ Oculto

Avançados...

OK

Cancelar

Aplicar

Propriedades de Hashes

Versões Anteriores

Personalizado

Geral

Compartilhamento

Segurança

Hashes

Tipo: Pasta de arquivos

Local: E:\5452324-26\30473CSI

Tamanho: 49,5 MB (51.963.111 bytes)

Tamanho em disco: 49,5 MB (51.978.240 bytes)

Contém: 7 Arquivos, 0 Pastas

Criado em: sexta-feira, 5 de abril de 2024, 17:31:36

Atributos: ☒ Somente leitura (arquivos da pasta)

☐ Oculto

Avançados...

OK

Cancelar

Aplicar

(Devido o tamanho da pasta IPED ultrapassar o espaço livre do HD do advogado, realizei a repartição entre 2 (dois) HD's do causídico, nomei em PARTE I e II).

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas no HD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 156 GB (168.354.584.621 bytes) e tamanho em disco de 157 GB (168.726.261.760 bytes) com 179.557 arquivos e 3.081 pastas, referente a pasta nomeada IPED acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos 5452324-26.2023.8.09.0051.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao HD – PARTE I do Advogado, possuindo tamanho de 156 GB (168.354.584.621 bytes) e tamanho em disco de 157 GB (168.781.930.496 bytes) com 179.557 arquivos e 3.081 pastas, referente a pasta nomeada IPED – parte 1 acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos 5452324-26.2023.8.09.0051

324_30473CSI (D:) > 30473CSI > IPED

Nome	Data de modificação	Tipo
30473CSI001		
30473CSI002		
30473CSI003		
30473CSI004		
30473CSI005a		
30473CSI005b		
30473CSI007		
30473CSI008		
30473CSI009		
30473CSI010		
30473CSI011a		
30473CSI011b		
30473CSI012		
30473CSI013		
30473CSI014		
30473CSI015		
30473CSI016		
30473CSI017		
30473CSI018		
30473CSI019		
30473CSI020		
30473CSI021		
30473CSI022		
30473CSI023		
30473CSI024		
IPED_LOGS		
IPED-2023-06-07-22-09-27		
IPED-2023-06-08-14-50-31		
teste.sha1		

Propriedades de 30473CSI005a, ...

Geral Personalizado

179.557 Arquivos, 3.081 Pastas

Tipo: Todos do tipo Pasta de arquivos

Local: Todos em D:\30473CSI\IPED

Tamanho: 156 GB (168.354.584.621 bytes)

Tamanho em disco: 157 GB (168.726.261.760 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura ☐ Oculto Avançados...

OK Cancelar Aplicar

Este Computador > TOSHIBA EXT (E:) > 5452324-26 > 30473CSI > IPED - parte 1

Nome	Data de modificação	Tipo
30473CSI001		
30473CSI002		
30473CSI003		
30473CSI004		
30473CSI005a		
30473CSI005b		
30473CSI007		

Propriedades de 30473CSI003, ...

Geral Personalizado

179.557 Arquivos, 3.081 Pastas

Tipo: Todos do tipo Pasta de arquivos

Local: Todos em E:\5452324-26\30473CSI\IPED - parte 1

Tamanho: 156 GB (168.354.584.621 bytes)

Tamanho em disco: 157 GB (168.781.930.496 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura ☐ Oculto Avançados...

OK Cancelar Aplicar

X

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao **HD – PARTE II** do Advogado, possuindo tamanho de 265 GB (285.239.162.356 bytes) e tamanho em disco de 266 GB (285.815.832.576 bytes) com 336.744 arquivos e 7.506 pastas, referente a pasta nomeada **IPED – parte 2** acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos **5452324-26.2023.8.09.0051**.



(Devido o tamanho da pasta IMAGENS ultrapassar o espaço livre do HD do advogado, realizei a repartição entre 2 (dois) HD's do causídico, nomei em PARTE II e III).

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas no HD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 1,41 TB (1.553.041.409.765 bytes) e tamanho em disco de 1,41 TB (1.553.041.489.920 bytes) com 45 arquivos e 21 pastas, referente a pasta nomeada IMAGENS acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos **5452324-26.2023.8.09.0051**.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao **HD – PARTE II** do Advogado, possuindo tamanho de 1,41 TB (1.553.041.409.765 bytes) e tamanho em disco de 1,41 TB (1.553.041.489.920 bytes) com 45 arquivos e 21 pastas, referente a pasta nomeada IMAGENS acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos **5452324-26.2023.8.09.0051**.

Computador > MD_324_30473CSI (D:) > 30473CSI > IMAGENS

Nome

30473CSI001		
30473CSI002		
30473CSI003		
30473CSI004		
30473CSI005a		
30473CSI005b		
30473CSI007		
30473CSI008		
30473CSI009		
30473CSI010		
30473CSI011a		
30473CSI011b		
30473CSI012		
30473CSI013		
30473CSI014		
30473CSI015		
30473CSI016		
30473CSI017		
30473CSI018		
30473CSI019		
30473CSI020		
30473CSI021	30/05/2023 09:12	Pasta de arq
30473CSI022	12/06/2023 12:35	Pasta de arq
30473CSI023	30/05/2023 13:11	Pasta de arq
30473CSI024	02/06/2023 14:18	Pasta de arq

Propriedades de 30473CSI004, ...

Geral Personalizado

45 Arquivos, 21 Pastas

Tipo: Todos do tipo Pasta de arquivos

Local: Todos em D:\30473CSI\IMAGENS

Tamanho: 1,41 TB (1.553.041.409.765 bytes)

Tamanho em disco: 1,41 TB (1.553.041.489.920 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura ☐ Oculto Avançados...

OK Cancelar Aplicar

Computador > TOSHIBA EXT (D:) > Processo n. 5452324-26 > 30473CSI > IMAGENS

Nome

30473CSI001		
30473CSI002		
30473CSI003		
30473CSI004		
30473CSI005a		
30473CSI005b		
30473CSI007		
30473CSI008		
30473CSI009		

Propriedades de 30473CSI005b, ...

Geral Personalizado

45 Arquivos, 21 Pastas

Tipo: Todos do tipo Pasta de arquivos

Local: Todos em D:\Processo n. 5452324-26\30473CSI\IM

Tamanho: 1,41 TB (1.553.041.409.765 bytes)

Tamanho em disco: 1,41 TB (1.553.041.489.920 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura ☐ Oculto Avançados...

OK Cancelar Aplicar

X

O primeiro PRINT refere-se as mídias armazenadas no HD desta Escrivania Judiciária, possuindo tamanho de 1,17 TB (1.293.487.387.585 bytes) e tamanho em disco de 1,17 TB (1.293.487.542.272 bytes) com 76 arquivos e 40 pastas, referente a pasta nomeada IMAGENS acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos **5452324-26.2023.8.09.0051**.

O segundo PRINT refere-se as mídias armazenadas ao **HD – PARTE III** do Advogado, possuindo tamanho de 1,17 TB (1.293.487.387.585 bytes) e tamanho em disco de 1,17 TB (1.293.487.542.272 bytes) com 76 arquivos e 40 pastas, referente a pasta nomeada IMAGENS acerca do Ofício n. 801/0086/182/30494/2023/GAECO, ora vinculada aos autos **5452324-26.2023.8.09.0051**.

_324_30473CSI (D:) > 30473CSI > IMAGENS

Nome	Data de modificação	Tipo
30473CSI001	22/04/2023 14:49	Pasta de arquivo
30473CSI002	12/03/2023 11:51	Pasta de arquivo
30473CSI003	15/03/2023 09:25	Pasta de arquivo
30473CSI004	16/03/2023 13:07	Pasta de arquivo
30473CSI005a	20/03/2023 09:16	Pasta de arquivo
30473CSI005b	20/03/2023 09:08	Pasta de arquivo
30473CSI007	17/03/2023 09:04	Pasta de arquivo
30473CSI008	12/03/2023 13:01	Pasta de arquivo
30473CSI009	17/03/2023 13:58	Pasta de arquivo
30473CSI010		
30473CSI011a		
30473CSI011b		
30473CSI012		
30473CSI013		
30473CSI014		
30473CSI015		
30473CSI016		
30473CSI017		
30473CSI018		
30473CSI019		
30473CSI020		
30473CSI021		
30473CSI022		
30473CSI023		
30473CSI024		

Propriedades de 30473CSI013, ...

Geral

Personalizado

76 Arquivos, 40 Pastas

Tipo: Todos do tipo Pasta de arquivos

Local: Todos em D:\30473CSI\IMAGENS

Tamanho: 1,17 TB (1.293.487.387.585 bytes)

Tamanho em disco: 1,17 TB (1.293.487.542.272 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura ☐ Oculto

Avançados...

OK Cancelar Aplicar

te Computador > TOSHIBA EXT (E:) > Processo n. 5452324-26 > 30473CSI > IMAGENS - Pa

Propriedades de 30473CSI014, ...

Geral

Personalizado

76 Arquivos, 40 Pastas

Tipo: Todos do tipo Pasta de arquivos

Local: Todos em E:\Processo n. 5452324-26\30473CSI\IM

Tamanho: 1,17 TB (1.293.487.387.585 bytes)

Tamanho em disco: 1,17 TB (1.293.487.542.272 bytes)

Atributos: ☐ Somente leitura ☐ Oculto

Avançados...

OK Cancelar Aplicar





COORDENADORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

CERTIDÃO N. 584/0043/011/30473/13NOV2023/CSI-MPGO

Assunto	Forense Computacional
Difusão	Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
Referências	Relatório Técnico n. 126/0043/011/30473/20JUN2023/CSI-MPGO Mídia n. 157/0043/011/30473 Autos Administrativos – Atena n. 202300316881 Autos Judiciais n. 5032630-39.2023.8.09.0051
Anexo	Mídia n. 324/0043/011/30473 (HD WD 4TB N/S: WXE2D718HEYS), contendo cópia de dados (aproximadamente 3TB). Senha da Mídia: @[#fEE3Z2ID6O;3o

1. CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao que foi solicitado no SGED n. 30473, que os dados armazenados por esta Coordenação referentes ao Relatório Técnico n. 126/0043/011/30473/20JUN2023/CSI-MPGO, foram copiados para a mídia n. 324/0043/011/30473.

Cópia do relatório e arquivos de log de verificação produzidos também foram disponibilizados na mídia, para verificações de integridade que se fizerem necessárias:

ARQUIVO	CÓDIGO HASH (SHA-1)
30473CSI001.ufdr	50eb08fcf5f74e5b88dd0773d2aa4b4977364b53
30473CSI002.ufdr	98e410223e1a36040c230f5b1727316f65f4dfad
30473CSI003.ufdr	5b5c784841d1232a1a29a3c59d816f2b47547a2a
30473CSI004.ufdr	724f9eefe9d72b20fc81f4f1ed73a557970fe3ca
30473CSI005a.E01	9fc382efa54b94388265e1fb8472f24107c1853b
30473CSI005b.E01	f81f056dcc863f7d38139acf4d1a8b63dc77c4e1
30473CSI007.ufdr	67b2fbacf6b71e73ac08115cf05f3c2659634cfb
30473CSI008.E01	560ee49824c5770ad85539564f504da1327c4291
30473CSI009.ufdr	01831369ec06e7bb995efa44451a37dc61de98

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:55



Continuação da CERTIDÃO N. 584/0043/011/30473/13NOV2023/CSI-MPGO

30473CSI010.E01	6e888a4817a75c40e2bb1067eeeb1d2e90f3224d
30473CSI011a.E01	493a6a3bbe018108ce76cd4f57e364371a7194a8
30473CSI011b.E01	541506e7a8074a43be24adc4d2dbeec94d9e4986
30473CSI012.ufdr	4917f7be4491c74ddc2afa95ecf7386371bc3f47
30473CSI013.ufdr	e4dc0432aad961e1fa0369497df8b95985aa1455
30473CSI014.ufdr	883134268435c6104a1a3c68d9f9ebe648032735
30473CSI015.ufdr	bd7bce364d8abffe9a75cf588bafe12d59875197
30473CSI016.ufdr	74842d7209e483e12f7c1d87a967fd69bcdabcb
30473CSI017.ufdr	06e4ffc27b6688d33cfd8b84ee6b3f91714c0787
30473CSI018.ufdr	d04b2af4b1b175dfe4c41f37ec3f1cdfce9b9107
30473CSI019.ufdr	80211227bc5c75d0561a9b83e78abe165570c3f2
30473CSI020.ufdr	49e2ef8efbea84e62eb64750da04942ac2ae793a
30473CSI021.ufdr	08aff061c5cf1a7879b222ce22db0f08b8cccbc2
30473CSI022.E01	b8e89332ffa629b75c5f97e956160d1fa2802733
30473CSI023.ufdr	2b01e8b74ef8af35de0e2791113c1c3d297df2a9
30473CSI024.ufdr	7aa5e6d42c294c290ec58414483e728dd92026db
IPED_LOGS.zip	2c12811e6c416415b50b3bc551c1ddf41271191a

Goiânia, 13 de novembro de 2023.

Matrícula CSI-MPGO nº 011

RESERVADO

Continuação do Relatório Técnico n. 126/0043/011/30473/20JUN2023/CSI-MPGO

Anexo C - Orientações gerais para cópia de mídia e abertura de arquivos.

- **Cópia dos dados:**
 - Para copiar os dados da mídia em anexo A para uma outra mídia, faz-se necessário que o dispositivo destino possua capacidade maior ou igual a mídia de origem. O dispositivo destino deve estar formatado com o sistema de arquivos NTFS.
- **Abertura de arquivos comuns:**
 - Para reproduzir arquivos de áudio no formato "opus" é necessário que esteja instalado, na máquina, codec de áudio compatível com o formato. É possível instalar pacote de codec propriamente dito (exemplo, *K-Lite_Codec_Pack*) ou aplicativos de reprodução, como o aplicativo AIMP (torná-lo aplicativo de abertura padrão).
 - Para reproduzir arquivos de vídeo no formato "mp4", é necessária instalação de aplicativo reprodutor associado, como: VLC Media Player, Media Player Classic, GOM Player.



RESERVADO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS
RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM
OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES DE GOIÂNIA/GO

Ação Penal nº 5452324-26.2023.8.09.0051

PEDRO HENRIQUE AZEVEDO PEREIRA, já
qualificado às fls., por seus advogados e bastante procuradores infra-assinados,
nos autos do processo em epígrafe, que tramitam perante este MM. Juízo e res-
pectivo cartório, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Exce-
lência, com fulcro nos artigos 396 e 396-A, ambos do Código de Processo Penal,
apresentar sua

RESPOSTA À ACUSAÇÃO

em razão dos fatos e fundamentos que passa a expor e requerer:

BREVE EXÓRDIO

1.

Em brevíssima síntese, mencione-se que os presentes autos foram deflagrados a partir de denúncia ofertada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Estado de Goiás, após a conclusão de investigação unilateral levada a cabo nos autos do PIC n. 2023.0018.2137, **supondo que Pedro Henrique Azevedo Pereira teria participado uma única vez do esquema de manipulação de eventos de partida de futebol**, assim como outros 13 (treze) atletas profissionais de futebol que teriam praticado a infração penal prevista no artigo 198 da Lei n. 14.597/2023, pelo menos por uma oportunidade;

2.

Sobre os fatos, consta da denúncia que os acusados Bruno Lopez de Moura, Ícaro Fernando Calixto dos Santos e Thiago Chambó Andrade, previamente ajustados, teriam prometido e fornecido vantagem patrimonial indevida em favor do Suplicante através do intermediador Cleber Vinicius Rocha Antunes da Silva, com o fim de alterar o resultado ou evento de competição esportiva, consistente no **recebimento de cartão amarelo** na partida válida pelo Campeonato Brasileiro da Série A do ano de 2022, entre as equipes do Atlético Paranaense e Cuiabá, no Estádio da Arena da Baixada, no dia 18 de setembro de 2022, recebendo, em contrapartida o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (**Fato 11**);

2.1.

Segundo a denúncia, os contatos de ajustes visando a manipulação do resultado teriam sido travados por Bruno Lopez de Moura com a pessoa de Cléber Vinicius Rocha Antunes da Silva, que, por sua vez, seria o responsável pelos contatos com o ora Suplicante. No tocante aos fatos, acrescentou o Ministério Público que os pagamentos indevidos teriam sido fracionados numa parcela de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) antes da realização da

partida, mediante pagamento na conta do coacusado Cléber e posterior repasse aos jogadores Pedro Henrique de Azevedo Pereira e Sidcley Ferreira Pereira, além dos valores remanescentes que teriam sido encaminhados para a conta de Camila Silva da Motta, nos meses seguintes à partida;

2.2.

Refletindo-se sobre os fatos, alguns detalhes evidenciam o desacerto da acusação, em relação ao ora Suplicante, mormente porque:

- (I) ***não há nos autos nenhuma evidência de que o contato mantido entre o Suplicante e o coacusado Cléber representaria qualquer espécie de negociação de valores em detrimento do caráter competitivo da competição, como eventual manipulação de resultados – até porque apenas o conhecia por ser empresário influente no Atlético Paranaense;***
- (II) ***não há nenhuma evidência de que o Suplicante conheceria os outros coacusados que teriam criado este grupo especializado em fraudar resultados de apostas desportivas mediante a adulteração do resultado das partidas;***
- (III) ***também não há uma única evidência de que foram efetivados pagamentos em favor do Suplicante, sobretudo porque forneceu cópia de todos os seus extratos bancários ao STJD, mesmo à míngua de ordem judicial (Doc.01);***
- (IV) ***uma simples análise do lance indicado como manipulação de resultado se deu somente aos 48 minutos do segundo tempo do confronto entre as equipes do Atlético Paranaense e Cuiabá, quando o Suplicante agiu com a nítida intenção de impedir um contra-ataque promissor da equipe adversária que poderia culminar na derrota de sua própria equipe, o que por si só, demonstra a fragilidade das acusações direcionadas em seu desfavor;***

2.3.

Inclusive, crendo e confiando na plena e absoluta inocência do Suplicante, a direção executiva e de futebol do Clube Shaktar Donetsk, da Ucrânia, assinou contrato com o Suplicante mesmo após o seu nome ter sido citado na Operação Penalidade Máxima, pois acreditaram na versão segura e sincera de Pedro desde o surgimento das acusações¹;

3.

Nada obstante a independência das esferas disciplinar e criminal, apesar de julgarem exatamente o mesmo fato, não pode ser desconsiderado que, julgando os mesmos fatos, sob a ótica esportiva, **o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) ABSOLVEU o Suplicante, por votação unânime**. Tendo sido consignado no v. acórdão que *“não pode haver dúvida razoável a respeito dos fatos e não me parece que a menção do nome de alguém numa conversa travada entre terceiros possa justificar sua condenação. Não se admite condenação por mera probabilidade de que a infração tenha ocorrido. É indispensável sua comprovação. Estamos falando da carreira profissional de um atleta. Reforça a dúvida sobre as infrações o depoimento de Clebinho (incluindo-se aquele prestado a esta Comissão, ainda que na condição de informante), que nega a participação de Pedrinho e Sidcley, e o extrato bancário de Pedrinho, sem que conste qualquer depósito do grupo de apostadores”* (Doc.02);

4.

É preciso dizer que o Suplicante sempre negou veementemente qualquer participação em esquemas de manipulação de resultados, esclarecendo em sua oitiva perante a Justiça Desportiva que somente conhecia a pessoa de Cléber Vinicius Rocha Antunes da Silva do clube por ser influente empresário no Clube Atlético Paranaense, local em que Pedro exercia suas funções profissionais, mas que este nunca lhe procurou para oferecer vantagens patrimoniais em troca do recebimento de cartões amarelos de maneira

¹ <https://ge.globo.com/pr/blogs/blog-da-nadja/post/2023/07/17/ex-athletico-pedrinho-assina-com-o-shakhtar-donetsk.ghtml>

proposital, desconhecendo por completo o motivo pelo qual o seu nome teria sido citado num grupo de conversas dos coacusados;

4.1.

Sobre o lance em discussão, o Suplicante narrou que se tratou de uma **falta natural de jogo** ao final da partida, por se tratar de um **lance de perigo de ataque da equipe adversária** que poderia culminar na derrota de seu time, que vinha garantindo a conquista e soma de mais um ponto no Campeonato Brasileiro daquele ano;

4.2.

E, conforme se infere do v. acórdão do STJD, em depoimento prestado naqueles autos, o coacusado Cléber, que seria o intermediador entre os membros do grupo de apostas e os atletas profissionais de futebol (diga-se, que confessou o aliciamento de alguns atletas que figuram no polo passivo da presente ação penal) **negou qualquer envolvimento do ora Suplicante com os fatos descritos na inicial acusatória**, afirmando e reafirmando que somente conheceu Pedro quando esse foi contratado pelo Atlético Paranaense;

5.

Prossiga-se dizendo que V.Excia recepcionou a inicial acusatória, determinando-se a citação do acusado para que respondesse por escrito de acordo com o prazo legal. Contudo, antes mesmo de sua formal citação, a defesa postulou pela reabertura do prazo da resposta à acusação após a formal habilitação nos autos processuais, contados a partir da definitiva concessão de vista dos autos e respectivas cautelares, seguida da intimação dos defensores (Movimentação 65 e 70);

6.

Então, vieram os autos à defesa constituída para o oferecimento da indispensável resposta à acusação (Movimentação 86);

7.

Eis, portanto, o relato do essencial;

PRELIMINARMENTE

DA INCOMPETÊNCIA DESSE JUÍZO EM PROCESSAR E JULGAR O
FEITO. IMPOSSIBILIDADE DE QUE HAJA UM “JUÍZO UNIVER-
SAL” PARA TODOS OS CASOS ENVOLVENDO SUPOSTA MANI-
PULAÇÃO DE RESULTADO.

8.

Excelência, inicialmente cumpre recordar que a presente ação penal faz parte da 2ª Fase da denominada “Operação Penalidade Máxima” que foi deflagrada a partir de notícia de crime apresentada pelo presidente do Vila Nova Futebol Clube (Mov. 4). Naquela oportunidade, foram narrados episódios de apostas e possíveis manipulação de resultados em três partidas da Série B do Campeonato Brasileiro do ano de 2022, o que acarretou na instauração de investigações no Ministério Público goiano;

9.

Desdobradas as investigações, uma série de medidas cautelares foram deferidas, tendo sido descobertas outras supostas manipulações em jogos, agora também da Série A do Campeonato Brasileiro, envolvendo diversos jogadores e partidas ao longo do país. Contudo, os supostos líderes apostadores e aliciadores se comunicavam e cometeriam os delitos a partir do Estado de São Paulo;

10.

Com efeito, recorde-se que na primeira denúncia oferecida na “Operação Penalidade Máxima”, o próprio Ministério Público afirmou que o líder e demais integrantes da dita organização criminosa residiriam no Estado de São Paulo e de lá seriam ofertadas as vantagens indevidas aos atletas profissionais, via *whatsapp*. Ou seja, era aquele o local de consumação do crime previsto no art. 2º da Lei n.º 12.850/2013 – já que se trata de delito formal;

11.

Desta forma, inicialmente, quando apresentada a primária denúncia pelo Vila Nova Futebol Clube, informando haver a oferta de propina a um de seus atletas, por pessoa até então desconhecida, não seria possível ter certeza do local da consumação do delito, não havendo qualquer irregularidade na instauração e início das investigações na capital goiana. Contudo, após deflagradas as diversas medidas cautelares, ficou evidente que a incompetência deste Juízo não atendeu a regra basilar da fixação da competência pelo local da infração, *ex vi* art. 70 do CPP;

12.

Com a devia *venia*, o local da descoberta de um crime não é hipótese legalmente prevista para se definir a competência;

13.

Muito menos poder-se-ia alegar prevenção no caso, diante de alegada conexão dos fatos. Já que inexistente;

14.

Lembre-se que no mesmo dia em que ofertada a primeira denúncia, um novo PIC foi instaurado pelo Ministério Público (n. 2023.0001.0154), cuja finalidade era apurar a existência de outras possíveis condutas criminosas cometidas pelos membros daquela ORCRIM denunciada naquela oportunidade. Os novos alvos foram alguns atletas profissionais de futebol

que tiveram seus nomes ditos em conversas de *whatsapp* com os ditos apostadores;

14.1.

Permissa venia, não poderia o Ministério Público ter instaurado novo PIC, tendo em vista que já detinha informações e provas de que a ORCRIM e as supostas propostas ilícitas teriam partido de outro Estado da nação;

14.2.

Deveria o MP ter requerido o compartilhamento das provas e as enviado à Polícia local ou Ministério Público local;

15.

Num passado não distante, em que era ativa a famigerada “Operação Lava-Jato”, situação idêntica foi objeto de centenas de recursos e *habeas corpus* apresentados para nossas Cortes Superiores, até que se definiu a impossibilidade da existência de um “Juízo Universal” para julgar tudo e todos que surgem a partir de uma investigação local, devendo as provas descobertas serem compartilhadas às Autoridades presentes nos locais competentes para investigar, processar e julgar os fatos;

15.1.

Neste sentido:

“O fato de a polícia judiciária ou o Ministério Público Federal denominarem de “fases da operação Lava-jato” uma sequência de investigações sobre crimes diversos - ainda que sua gênese seja a obtenção de recursos escusos para a obtenção de vantagens pessoais e financiamento de partidos políticos ou candidaturas - não se sobrepõe às normas disciplinadoras da competência. Nenhum órgão jurisdicional pode-se arvorar de juízo universal de todo e qualquer crime relacionado a desvio de verbas para fins político-partidários, à revelia das regras de competência.” (STF – Rel. Min. Dias Toffoli – Tribunal Pleno – QO no INQ 4.130)

16.

Data venia, deve, quem arguir a conexão, comprovar, ainda que com fortes indícios, que há uma verdadeira relação entre os casos e que as provas contidas num caso, influenciem, de fato, o outro processo. Entende-se, a partir da leitura da norma processual, que a influência se dá quando as provas de um crime tenham relevância sobre a de outros crimes, o que não é o caso dos autos;

16.1.

E isso foi bem destacado pelo E. Ministro Gilmar Mendes, quando tratou do tema, no julgamento da Questão de Ordem no INQ 4.130:

“A interpretação da conexão probatória não é simples. Em princípio, a investigação de qualquer fato pode influir na de outro, sendo difícil prever o resultado dos inquéritos e instruções penais. Discorrendo sobre o dispositivo do Código de Processo Penal italiano que inspirou nossa legislação, Ugo Aloisi constatou que a norma deixa margem a certa discricionariedade do julgador na avaliação da conexão – ALOISI, Ugo. Manuale pratico di procedura penale. Milão: Giufre, 1943. p. 136.”

17.

Para prevalecer a prevenção, pela conexão, deve, necessariamente, haver algum prejuízo na apuração em separado (o que não há no caso), é justamente isso o que defendem Pedro Demercian e Jorge Assaf Maluly: ***“para que se reconheça a existência da conexão instrumental, é imprescindível não só que a prova de uma infração ou de suas circunstâncias influa na outra, como também – e principalmente – que haja relação de prejudicialidade entre as infrações apuradas”***²;

² Op. cit., p. 239.

18.

Pelo exposto, requer seja reconhecida a inexistência de conexão com os fatos pretéritos, afastando-se, por conseguinte a prevenção aventada pelo Ministério Público, sendo declarada a incompetência desse MM. Juízo para processar e julgar o feito;

DA INÉPCIA DA INICIAL

19.

Excelência, *permissa venia*, preliminar e inicialmente, imprescindível frisar que estes autos foram deflagrados a partir de vestibular pública **incontestavelmente INEPTA**. Partindo da premissa de que o princípio da presunção de inocência³ vige em nosso Direito Penal Pátrio, chegamos à exigência da Lei Penal Adjetiva de que é necessário existir elementos que levem à autoria do delito aliado à materialidade do crime apurado;

20.

De alta relevância seja mencionado que, da acusação contida na inicial, na qual se vê imputar ao ora Acusado a prática do crime contra a incerteza do resultado esportivo, não há elemento sério que de fato demonstre a materialidade do delito e a sua formal descrição;

21.

Como se sabe o tipo penal previsto no art. artigo 198 da Lei n. 14.597/2023, exige para a sua configuração que exista a solicitação ou aceitação, para si ou para outrem, vantagem ou promessa patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar a realidade do resultado de qualquer competição esportiva, senão vejamos:

³ “É o que se denomina ‘princípio da presunção de inocência’. Até o trânsito em julgado da sentença condenatória, o réu tem o direito público subjetivo de não ser submetido ao estado de condenado...Se o status de condenado começasse antes do término do processo, o contraditório e a defesa plena seriam postergados, cedendo espaço a presunções que não encontram guarida na Constituição(In Direito Penal na Constituição – 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995)”.

22.

Partindo desta premissa, o mínimo que a denúncia deveria descrever, de acordo com a regra prevista no art. 41 do CPP, seria a exposição do fato com todas as suas circunstâncias e qual teria sido a finalidade do cometimento do crime (dolo específico – tipo subjetivo);

23.

Todavia, basta uma simples leitura da denúncia para se constatar que inexistente qualquer descrição das circunstâncias dos fatos relacionados ao Suplicante, de que maneira teria aceitado a vantagem ou promessa de vantagem patrimonial do grupo de apostadores, se não há uma única conversa travada entre o Suplicante diretamente com os coacusados e uma única menção sequer a qualquer prova que demonstrasse o conhecimento e concordância de Pedro com a ação de manipulação do resultado da partida;

24.

Sobre a suposta conduta do Suplicante, narrou a inicial (**Fato 11**):

“... Em setembro de 2022, no Estado de São Paulo e no município de Curitiba/PR, em data não precisada, porém certo que até o dia 18 de setembro de 2022, BRUNO LOPEZ DE MOURA, ÍCARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS, e THIAGO CHAMBÓ ANDRADE previamente ajustados, em unidade de desígnios, com a participação de CLEBER VINÍCIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA (CLEBINHO FERA), prometeram e deram vantagem patrimonial indevida com o fim de alterar o resultado ou evento de competição esportiva entre ATHLETICO-PR X CUIABÁ, da Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2022 (FATO 10). Nas mesmas condições de tempo e espaço, PEDRO HENRIQUE AZEVEDO PEREIRA (PEDRINHO), de forma consciente e voluntária, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, aceitou vantagem patrimonial indevida com o fim de alterar o resultado ou evento de competição esportiva entre ATHLETICO-PR X CUIABÁ, da Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2022 (FATO 11). A vantagem consistiu na promessa de pagamento de R\$ 80.000,00 (reais) para que PEDRINHO fosse punido com cartão amarelo no jogo. Consta que o contato

de manipulação de resultado foi realizado por BRUNO LOPEZ DE MOURA e intermediado com CLEBER e, durante o jogo, PEDRINHO efetivamente foi punido com o cartão amarelo (doc. 14). E nas mesmas condições de tempo e espaço já narradas, BRUNO LOPEZ DE MOURA, ÍCARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS e THIAGO CHAMBÓ ANDRADE, previamente ajustados, em unidade de desígnios, com a participação de CLEBER VINÍCIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA (CLEBINHO FERA), prometeram e deram vantagem patrimonial indevida com o fim de alterar o resultado ou evento de competição esportiva entre ATHLETICO-PR X CUIABÁ, da Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2022 (FATO 12). Apurou-se, ainda, que dos valores espúrios previamente acordados em benefício de PEDRINHO e SIDCLEY, pelo menos R\$ 10.000,00 (dez mil reais) foram efetivamente entregues antes da partida, mediante pagamento na conta de CLEBER, para posterior repasse aos atletas cooptados. O restante dos valores foi parcialmente encaminhado, principalmente através da conta de CAMILA SILVA DA MOTTA25 nos meses seguintes à partida, novamente através de pagamento efetivado para a conta de CLEBER (doc. 15)."

24.1.

Contudo, deixa a peça acusatória de descrever, ainda que minimamente:

- ✓ Qual teria sido a promessa de Cléber para o Suplicante e qual teria sido a sua resposta sobre a proposta de manipulação, se de fato houve, por que não há nenhuma evidência de que essa conversa tenha existido?
- ✓ Qual evidência material capaz de comprovar o fato descrito na acusação, como por exemplo no trecho em que diz que "apurou-se, ainda, que os valores espúrios previamente acordados em benefício de PEDRINHO e SIDCLEY, pelo menos R\$10.000,00 (dez mil reais) foram efetivamente entregues antes da partida, mediante pagamento na conta de CLEBER, para posterior repasse aos atletas cooptados", se não há nenhuma comprovação material de que o Suplicante tenha sido beneficiado a partir do recebimento de valores indevidos?

25.

NADA foi dito!

25.1.

A denúncia se limita a dizer que o Suplicante teria aceitado a proposta de recebimento de valores indevidos, mas não esclareceu como aconteceu, em qual contexto, de que forma recebeu os valores provenientes da suposta contraprestação, ***se tal conclusão está baseada apenas em exercício de suposição dos membros do Parquet;***

25.2.

Destaque-se que em que pese o enorme respeito que estes signatários nutrem pelos Doutos Promotores de Justiça ofician-tes nos autos, *permissa venia*, nada, absolutamente nada foi dito!

26.

Concessa venia, a denúncia não descreveu ainda que minimamente qual seria a finalidade do cometimento do crime em questão, fazendo, por conseguinte, tábula rasa a norma prevista no art. 41 do CPP;

27.

Aliás, como já dito, não há nem mesmo espaço para argumentação genérica e costumeira de que “a denúncia não precisa descrever pormenorizadamente a conduta”, porque tal fato está deveras distante do quadro dos autos. É sabido que a exordial pode descrever a ação do implicado de forma sucinta e em certos casos, até deve, diante da impossibilidade de individualização, mas não houve sequer descrição mínima da conduta do Suplicante, o que torna evidente e dificulta o exercício defensivo!!!

28.

Por isso, rogata venia, pela reticência da acusação quanto à descrição mínima dos fatos e todas as suas circunstâncias,

aguarda-se seja DECLARADA A INÉPCIA da peça acusatória, por violação expressa ao artigo 41 do CPP, dificultando o exercício defensivo, sob pena de eiva de toda persecução criminal;

CONSIDERAÇÕES INICIAIS AO MÉRITO. DO PERFIL E QUALIFICAÇÃO DO SUPPLICANTE – ATLETA PROFISSIONAL RECONHECIDO PELA LISURA E IDONEIDADE AO LONGO DE SUA AINDA CURTA TRAJETÓRIA DESPORTIVA.

29.

Excelência, *permissa venia*, imprescindível frisar, antes de qualquer consideração acerca da falta de justa causa da presente ação penal, tecer algumas considerações a respeito da personalidade e conduta do atleta profissional Pedro Henrique Azevedo Pereira;

30.

Para a mais exata e detida compreensão da personalidade do acusado nos presentes autos, convém salientar que *Pedrinho*, nascido em Salvador/BA, é um atleta profissional de futebol que surgiu nas categorias de base do Esporte Clube Vitória, após ser aprovado em uma peneira quando tinha apenas 10 (dez) anos de idade, passando a se tornar uma das grandes promessas da renomada academia de formação do clube baiano;

31.

Ao longo de sua carreira nas categorias de base, Pedro se destacou na Copa do Nordeste de Futebol Sub-20 do ano de 2019, ano em que a sua equipe se sagrou campeã, e atuando pelo Campeonato Brasileiro Sub-20 daquele mesmo ano, alçando-o a condição de atleta profissional de futebol no ano de 2021;

31.1.

A partir de sua estreia e definitiva promoção ao elenco principal do Esporte Clube Vitória, o Suplicante logo se tornou titular da equipe e a revelação do Campeonato Baiano de 2021, tendo o seu vínculo contratual renovado até o ano de 2024;

31.2.

Exatamente pelo ótimo retrospecto e personalidade com muitos aspectos positivos de convivência e seriedade com as atividades profissionais, o técnico do Clube Atlético Paranaense e a sua comissão técnica, acreditando que Pedro seria fundamental para que a agremiação alcançasse a meta estabelecida pela comissão técnica naquela temporada, recomendaram a sua contratação ao presidente e diretoria executiva do clube, muito em razão da confiança dos dirigentes e profissionais do esporte em sua integridade;

31.3.

Ademais, ao longo desses diversos anos, Pedro **jámais teve qualquer mácula ou nódoa em sua trajetória profissional**, o mesmo se aplica à sua vida particular;

32.

O Suplicante **jámais foi punido disciplinarmente durante o exercício da sua profissão**, seja por agressão física ou ofensa verbal, e muito menos por qualquer espécie de fraude ou manipulação de resultados, sendo um exemplo de profissional por todos os clubes por onde passou;

33.

Inclusive, não se perca de vista que apesar de seu nome ter sido citado na “Operação Penalidade Máxima” que embasou a propositura da presente ação penal, o Suplicante foi anunciado como novo reforço do Clube Shakhtar Donetsk, da Ucrânia, até o ano de 2028 – justamente porque os dirigentes da equipe estrangeira creem em sua plena inocência e total falta de conhecimento sobre a utilização de seu nome por um dos acusados;

DA FALTA DE JUSTA CAUSA PARA INÍCIO DA AÇÃO PENAL. DEMANDA FADADA AO INSUCESSO. COLEÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS QUE INDICAM QUE O SUPPLICANTE TEVE SEU NOME INDEVIDAMENTE UTILIZADO POR TERCEIROS.

“Se a denúncia é natimorta, preferível que se passe desde logo o competente atestado de óbito, porque não há lugar maior para o extravasamento dos ódios e dos rancores do que a deflagração de uma actio poenalis contra pessoa reconhecidamente inocente” (STJ – Rel. Min. Jorge Mussi – HC 70.222 – Dje 14.09.2017)

34.

Excelência, em compasso à inépcia arguida, constata-se que o Suplicante **teve seu nome utilizado por terceiro**, sem sua ciência ou anuência;

35.

Segundo a denúncia, o corréu Cléber Vinícius Rocha Antunes da Silva (empresário de atletas profissionais) teria mencionado o nome do Suplicante numa única conversa travada com os apostadores que atuavam no aliciamento de jogadores;

35.1.

Entretanto, ouvido no STJD, Cléber confirmou que o Suplicante sequer sabia da existência das conversas com os apostadores e que em momento algum se ajustou para tomar o cartão amarelo, conforme insiste a denúncia. Vejamos o que foi dito por ele (**colocar link xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**):

Auditor STJD (Dr. Washington Rodrigues de Oliveira): Senhor Cléber, boa tarde. Não sei se isso o senhor pode responder, o senhor fique à vontade para responder, mas dentro desse inquérito, em que situação o senhor está. O senhor fica à vontade, como disse o advogado, o senhor tem o direito constitucional de não se incriminar, então, mas o senhor está aqui como testemunha e pode ajudar tanto a defesa tanto do Sidcley como a do senhor Pedro, também, porque os advogados entendem que o senhor tem uma relação próxima a eles. Qual é o envolvimento do senhor com esse esquema de apostas? Com relação ao que foi averiguado pelo Ministério Público? O senhor pode nos dizer?

Cléber Vinícius Rocha Antunes da Silva: Eles me colocaram como aliciador né, mas como eu já disse na minha oitiva, eu repito aqui, a situação é até delicada, porque tanto o Pedrinho quanto o Sidcley, são coisas diferentes, mas o Pedro por exemplo, ele nem sabia da situação, entendeu. Ele comentou comigo que levaria o terceiro amarelo num café, e aí, eu simplesmente falei para o Bruno que ele iria levar um cartão. Nem o Pedro sabia que eu tinha passado isso para o Bruno. E o Pedro nunca fez isso por dinheiro e nem sabia que eu ia passar para o Bruno, o Pedro não conhece o Bruno, não sabe nem quem é.

Auditor: Ele falou que iria levar o terceiro cartão amarelo por qual motivo?

Cléber: Então, no café que a gente estava tomando, ele comentou que estava com dor muscular, e o jogo era fora se eu não me engano, o próximo jogo era fora, e ele queria retornar num jogo em casa. Quem conhece jogador de futebol, quem tem contato direto sabe que muitos jogadores forçam o cartão, isso é normal, forçar o terceiro para voltar titular num outro jogo mais importante, enfim.

Auditor: E daí o senhor meio que utilizou essa informação privilegiada, passou para esse terceiro e ele utilizou isso?

Cléber: É, então, assim, eu estou carregando esse peso, né, mas eu tenho que ser homem com os meninos, o erro foi meu. Estou pagando na Justiça, estou me explicando, vai chegar a hora de eu falar, eu estou aqui para resolver, para esclarecer, mas também estou carregando esse peso. Porque, assim, os meninos confiavam muito em mim, é porque os senhores não me conhecem, mas eu já estou em Curitiba e eu fazia coisa para oitenta por cento dos jogadores.

35.2.

Não por menos, em votação unânime, a C. 2ª

Comissão Disciplinar do Superior Tribunal de Justiça Desportiva ABSOLVEU o Suplicante de suposto envolvimento em corrupção desportiva com o intuito de alterar o resultado da partida entre Atlético Paranaense e Cuiabá, nos autos do processo disciplinar n. 235-A/2023 (Doc.01):

Pedro Henrique Azevedo Pereira ("Pedrinho") - (ATLETA): incurso nos artigos 191, III e 243, todos do CBJD

Decisão: " Por unanimidade de votos, absolvido quanto as imputações aos Arts. 191, III e 243, ambos do CBJD"

Defensora: Dr. Andre de Oliveira de Meira Ribeiro, que encaminhou prova documental de forma sigilosa e requereu lavratura do acórdão.

Depoimento pessoal (virtual) do atleta Pedro Henrique Azevedo Pereira, de forma sigilosa.

(...)

(vii) Quanto ao atleta Pedro Henrique Azevedo Pereira, conhecido como "Pedrinho":

Segundo consta da denúncia, Pedrinho teria participado, ao menos uma vez, do esquema de manipulação de eventos durante partida de futebol.

Como apurado pelo Ministério Público de Goiás, ele teria ajustado vantagem financeira, no valor de R\$ 80 mil, para receber cartão amarelo na partida disputada entre Athletico Paranaense e Cuiabá (18/09/2022), válida pela Série A do Campeonato Brasileiro de 2022.

O contato teria se dado com a intermediação de Cleber Vinicius Rocha Antunes da Silva (vulgo Clebinho Fera).

Ele efetivamente recebeu o cartão amarelo na partida.

Na denúncia criminal, há prova de que ao menos R\$ 10 mil foram pagos ao intermediário Clebinho antes da partida, supostamente em benefício de Pedrinho e Sidcley, e mais R\$ 40 mil pagos ao mesmo intermediário após a partida, por meio de transferência bancária feita pela esposa de Bruno Lopez de Moura.

O nome de Pedrinho é citado pelos apostadores em conversas de WhatsApp como estando acertado (“confirmado e pago”):

Em relação a **Pedro Henrique Azevedo Pereira, Sidcley Ferreira Pereira e Jesús Emiliano Trindade Flores**, o que temos são apenas

conversas de WhatsApp entre os apostadores em que eles são mencionados e transferências de dinheiro para supostos intermediários.

Não há, entretanto, prova do último elo, que seria a transferência do dinheiro do intermediário para o atleta, ou mesmo conversas entre o intermediário e os atletas, o que me parece indispensável para se confirmar sua participação no esquema de manipulação.

De fato, considerando a gravidade das imputações e das penas a que se sujeitam os denunciados, não pode haver dúvida razoável a respeito dos fatos e não me parece que a menção do nome de alguém numa conversa travada entre terceiros possa justificar sua condenação. Não se admite condenação por mera probabilidade de que a infração tenha ocorrido. É indispensável sua comprovação. Estamos falando da carreira profissional de um atleta.

Reforça a dúvida sobre as infrações o depoimento de Clebinho (incluindo-se aquele prestado a esta Comissão, ainda que na condição de informante), que nega a participação de Pedrinho e Sidcley; a conversa em que Sidcley nega expressamente a Bruno Lopez de Moura participar do esquema; os frames do lance do cartão amarelo de Jesús, demonstrando que não foi ele que iniciou a confusão e que foi puxado por trás um atleta adversário (e o fato dele ter colocado seus extratos à disposição do MP) e o extrato bancário de Pedrinho, sem que conste qualquer depósito do grupo de apostadores.

Por essas razões, de plano, absolvo os atletas **Pedro Henrique Azevedo Pereira, Sidcley Ferreira Pereira e Jesús Emiliano Trindade Flores**, por carência de provas.

35.3.

Decisão essa mantida pelo Tribunal Pleno do STJD, após manejo de recurso voluntário⁴;

36.

Tendo essa premissa em mente, retomemos à acusação destes autos cujos fatos são exatamente os mesmo que foram julgados pela Justiça Desportiva;

37.

Narra a denúncia que o Suplicante teria sido cooptado por apostadores para que *forçasse* um cartão amarelo na partida de seu clube contra o Cuiabá. A ligação entre Pedro e os citados apostadores seria justamente a pessoa de Cléber (que nega a participação de *Pedrinho* nos fatos, lembremos):

“... Em setembro de 2022, no Estado de São Paulo e no município de Curitiba/PR, em data não precisada, porém certo que até o dia 18 de setembro de 2022, BRUNO LOPEZ DE MOURA, ÍCARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS, e THIAGO CHAMBÓ ANDRADE previamente ajustados, em unidade de desígnios, com a participação de CLEBER VINÍCIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA (CLEBINHO FERA), prometeram e deram vantagem patrimonial indevida com o fim de alterar o resultado ou evento de competição esportiva entre ATHLETICO-PR X CUIABÁ, da Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2022 (FATO 10).

Nas mesmas condições de tempo e espaço, PEDRO HENRIQUE AZEVEDO PEREIRA (PEDRINHO), de forma consciente e voluntária, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, aceitou vantagem patrimonial indevida com o fim de alterar o resultado ou evento de competição esportiva entre ATHLETICO-PR X CUIABÁ, da Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2022 (FATO 11).

A vantagem consistiu na promessa de pagamento de R\$ 80.000,00 (reais) para que PEDRINHO fosse punido com cartão amarelo no jogo. Consta que o contato

⁴ <https://ge.globo.com/pe/futebol/times/sport/noticia/2023/09/28/pleno-do-stjd-mantem-pena-de-540-dias-de-igor-carrius-do-sport-e-aumenta-multa-para-r-100-mil.ghtml>

de manipulação de resultado foi realizado por BRUNO LOPEZ DE MOURA e intermediado com CLEBER e, durante o jogo, PEDRINHO efetivamente foi punido com o cartão amarelo (doc. 14). E nas mesmas condições de tempo e espaço já narradas, BRUNO LOPEZ DE MOURA, ÍCARO FERNANDO CALIXTO DOS SANTOS e THIAGO CHAMBÓ ANDRADE, previamente ajustados, em unidade de desígnios, com a participação de CLEBER VINÍCIUS ROCHA ANTUNES DA SILVA (CLEBINHO FERA), prometeram e deram vantagem patrimonial indevida com o fim de alterar o resultado ou evento de competição esportiva entre ATHLETICO-PR X CUIABÁ, da Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2022 (FATO 12). Apurou-se, ainda, que dos valores espúrios previamente acordados em benefício de PEDRINHO e SIDCLEY, pelo menos R\$ 10.000,00 (dez mil reais) foram efetivamente entregues antes da partida, mediante pagamento na conta de CLEBER, para posterior repasse aos atletas cooptados. O restante dos valores foi parcialmente encaminhado, principalmente através da conta de CAMILA SILVA DA MOTTA25 nos meses seguintes à partida, novamente através de pagamento efetivado para a conta de CLEBER (doc. 15)."

38.

Importante que se diga que sempre que ouvido sobre os fatos, o Suplicante, futebolista promissor, **sempre negou os fatos com veemência**;

39.

Da leitura da própria denúncia é possível se verificar que inexistiu qualquer conversa entre Pedro e os demais acusados, em qualquer sentido que fosse. O que há é Cléber, dizendo aos apostadores, Bruno Lopez de Moura, Ícaro Fernando Calixto dos Santos e Thiago Chambó Andrade, que Pedro tomaria um cartão amarelo – isso porque, de acordo com o próprio corréu e também pelo depoimento do Suplicante ele soube que Pedro *forçaria* um cartão amarelo naquela partida, para que ficasse suspenso da próxima, já que deveria recuperar a musculatura;

40.

Aliás, basta observarmos o contexto em que Pedro leva o cartão amarelo para se confirmar que ele não estava conluiado com os demais acusados:

- A falta foi cometida num lance de alto perigo do ataque da equipe adversária;
- A falta foi necessária para paralisar o último ataque da equipe adversária e assegurar o resultado;
- A falta foi cometida já nos acréscimos da partida aos 48'' e 34' do 2º tempo;
- Pedro era o "último homem" na marcação e se o adversário seguisse até a linha de fundo encontraria um atacante livre e sozinho dentro da área;

41.

Vejamos por *frames* do lance da partida que gerou a aplicação do cartão amarelo no ora Suplicante (<https://www.youtube.com/watch?v=8edGwsTegUA>):



****** Aos 48:04 do segundo tempo, o goleiro Anderson do Athletico Paranaense põe a bola em jogo pela lateral esquerda do time, justamente para que Pedrinho disparasse em arrancada conduzindo a bola para o ataque, objetivando o gol.**



**** sem marcação por parte da equipe adversária, Pedrinho foi conduzindo a bola até o meio de campo, procurando algum companheiro livre para efetuar o passe.



**** Aos 48:10 Pedrinho chega a abrir os braços cobrando a movimentação dos seus companheiros para que pudesse efetuar o passe, como a marcação do adversário vinha se aproximando.

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:57



****** Como ninguém se livrou da marcação para receber o passe, Pedrinho tentou seguir conduzindo, mas acabou perdendo a bola para o jogador adversário.**



****** Esgotado fisicamente com todo o desgaste natural do jogo que já se aproximava do fim, e após fazer uma arrancada de metade do campo, Pedrinho ainda teve que retornar correndo para impedir o contra-ataque da equipe adversária.**

Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário
GOIÂNIA - UPJ VARAS DOS FEITOS RELATIVOS A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA: 1ª E 2ª
Usuário: PAULO EDUARDO PENNA PRADO - Data: 24/04/2024 15:03:57



**** Ao notar que não alcançaria a velocidade do jogador na disputa da bola pela lateral, e para que este não saísse livre com a possibilidade clara de fazer o gol da vitória aos 48:34 (faltando pouco mais de um minuto para acabar a partida), pois bastaria o seu adversário tocar para o atacante que estava livre na entrada da área, Pedrinho decidiu se arriscar dando um “carrinho” para impedir a passagem da bola, mas, que neste caso, acabou acertando o jogador adversário e lhe gerando o cartão amarelo.

42.

Portanto, diferentemente dos casos de flagrante manipulação do resultado para obtenção de favorecimento econômico nas plataformas de apostas esportivas, no caso do Suplicante, resta incontro-
verso que a falta somente ocorreu para se evitar um lance promissor de ataque

da equipe adversária bem nos instantes finais da partida, e que poderia ocasionar a derrota de sua equipe e o desperdício de um ponto no campeonato tão disputado e concorrido, cuja diferença de um ponto pode ser determinante no futuro da agremiação (seja para ser rebaixada, classificada para a Copa Sul-Americana, Copa Libertadores da América ou campeã nacional);

43.

Com efeito, o caso atribuído ao Suplicante não se trata de um lance atípico numa partida de futebol, ou, como se depreende de outras acusações lançadas no âmbito da “Operação Penalidade Máxima”, um daqueles lances incomuns em que o atleta parece ter forçado uma situação para ter êxito numa suposta corrupção desportiva;

44.

Assinale-se, com relação ao lance analisado, que o próprio comentarista da Rádio Transamérica de Curitiba que transmitia o jogo em tempo real criticou os companheiros de time do Suplicante por não se apresentarem para o jogo, permitindo que o Suplicante pudesse lhes passar a bola durante o lance de ataque⁵;

45.

Nota-se de maneira incontroversa que o *Pe-drinho* realizou uma falta tática para impedir o contra-ataque da equipe adversária, fazendo com que não se aproximassem do gol de sua equipe, e assim não pudessem converter um gol que acarretaria a derrota do Atlético Paranaense;

46.

Será mesmo que se estivesse conluiado com os demais corréus, o Suplicante arriscaria esperar até os últimos segundos da partida, já nos acréscimos, para cometer uma falta que seria punido exatamente com cartão amarelo?

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=8edGwsTegUA>

47.

Rememore-se que o Suplicante, de maneira unilateral e totalmente espontânea, decidiu apresentar extrato completo de sua conta bancária perante o STJD a fim de demonstrar naqueles autos que não foi beneficiado pelo recebimento de nenhum valor de origem ilícita e que jamais recebeu valores oriundos das contas de titularidade dos demais acusados, mas apenas e tão somente recepcionou recursos provenientes dos vencimentos profissionais como atleta profissional do Atlético Paranaense (Doc.02);

48.

Se de fato tivesse sido compensado financeiramente para receber o cartão amarelo, conforme narrado pelo Ministério Público na exordial acusatória, será mesmo que o Suplicante correria o risco da partida ser encerrada (mormente porque só faltavam 1 minuto e 26 segundos para o encerramento e ele sequer poderia saber se a bola passaria próxima de seu alcance para fazer uma falta) sem ele ter cumprido a contrapartida da corrupção oferecida? Nos parece que não, data maxima venia;

49.

Iniludivelmente não se verifica no conjunto de provas dos autos qualquer evidência que indique o conhecimento e muito menos participação do Suplicante no esquema de apostas mencionado na denúncia do *Parquet*;

50.

Como dito, lendo e relendo novamente todas as peças e nuances que integram os presentes autos processuais e que culminou na temerária e arbitrária acusação por recebimento de vantagem indevida para adulterar resultado de evento esportivo, **em momento algum o Suplicante estabeleceu contato com os demais acusados para dialogar sobre eventuais adulterações de resultados de partidas válidas pelo Campeonato Brasileiro da Série A;**

51.

Ora, por tudo o que se ponderou nesta defesa, pela absolvição do Suplicante na esfera desportiva, clama-se não seja essa jovem futebolista submetido a novo e indevido constrangimento;

52.

Não se deve mover a máquina estatal e colocar no banco dos réus um cidadão sem que haja real e fundada justa causa para tanto. Quanto a este particular, não é despiciendo recordar nova lição do sempre citado *Professor Badaró*⁶: *“Devido ao caráter infamante do processo penal em si, em que o simples fato de estar sendo processado já significa uma grave “pena” imposta ao indivíduo, não se pode admitir denúncias absolutamente temerárias e desconectadas com elementos concretos de investigação que tenham sido colhidos na fase pré-processual. Aliás, uma das finalidades do inquérito policial é, justamente fornecer ao acusador os elementos probatórios necessários para embasar a denúncia ou queixa. O conceito de justa causa evoluiu, então, de um conceito abstrato, para uma ideia concreta, exigindo a existência de elementos de convicção que demonstrem a viabilidade da ação penal. A justa causa passa a pressupor a existência de um suporte probatório mínimo, consistente na prova da existência material do crime e em indícios de que o acusado seja o seu autor. A ausência de qualquer destes dois elementos autoriza a rejeição da denúncia e, em caso de seu recebimento, faltará justa causa para a ação penal, caracterizando constrangimento ilegal apto a ensejar a propositura de habeas corpus para o trancamento da ação penal.”*;

53.

Assim, sabe-se que legislação não permite conjecturas ou superações de pontos prejudiciais a fim de se buscar justificativas para o início da persecução penal, sob pena de se levar um inocente ao banco dos réus. Por assim dizer, a *“mera suposição, por mais razoável que seja, não justifica o desencadeamento de um processo criminal”*⁷;

⁶ BADARÓ, Gustavo. Direito Processual Penal - Tomo I, Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 71/72.

⁷ TACRIMSP – REL.JUIZ AMARAL SALLES – Julgados 67/225.

54.

Sobre esse particular:

“DENUNCIA - REJEIÇÃO - FALTA DE JUSTA CAUSA - Para a propositura de ação penal, é indispensável haver nos autos do inquérito elementos sérios e idôneos, hábeis à demonstração da existência de infração penal, e indícios, mais ou menos razoáveis, de ser seu autor a pessoa apontada na peça informativa - Sem a presença desses requisitos básicos, a DENUNCIA não pode ser recebida, à minqua de justa causa Recurso Ministerial improvido (...) a denúncia deve vir acompanhada de um mínimo de prova para que a ação penal tenha condição de viabilidade, caso contrário não há justa causa para o processo. Exige-se, pois, um mínimo probatório sobre a materialidade e autoria, para que se opere o recebimento da denúncia, o que não se verifica nos autos. Assim, inexistente a segurança jurídica mínima necessária ao início da ação penal ...” (TJSP – Rel. Des. Paulo Rossi – RSE 9121331-15.2008.26.0000)

55.

Por todo o exposto, requer seja rejeitada a denúncia, nos termos do artigo 395, III, do CPP ou que o Suplicante seja sumariamente absolvido, nos artigo 397, III, do CPP;

DA ATIPICIDADE OBJETIVA DA CONDUTA PELA NÃO OFENSA DO BEM JURÍDICO TUTELADO. INEXISTÊNCIA DE AÇÃO OU OMISSÃO DO SUPPLICANTE QUE TENHA ALTERADO O RESULTADO DA COMPETIÇÃO.

56.

Necessário, ainda, pontuar que os fatos descritos pela acusação não se enquadram ao tipo penal previsto no 198 da Lei n. 14.597/2023, isso porque, em relação ao Suplicante, ainda que se entenda que

ele teria qualquer envolvimento com os eventos criminosos narrados pela denúncia, fato é que receber um cartão amarelo, no último minuto de jogo, não altera o resultado da competição, não causando, assim, qualquer lesão ao bem jurídico tutelado;

57.

O tipo penal em questão é claro ao exigir que para a tipificação, o fato deva alterar ou falsear o resultado de competição esportiva:

Art. 198. Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:

57.1.

E no caso, receber um cartão amarelo, no último minuto de jogo, não altera em absolutamente nada o resultado da competição esportiva;

58.

Segundo a lacônica imputação, o Suplicante, na condição de atleta profissional do Club Athletico Paranaense, teria aceitado receber vantagem indevida para o fim de alterar o resultado da partida válida pela 27ª rodada do Campeonato Brasileiro da Série A do ano de 2022, recebendo uma punição simples de cartão amarelo pelo árbitro da Confederação Brasileira de Futebol, consoante a Súmula disponibilizada pela equipe de arbitragem:

+03:00	2T	48	Pedro Henrique Azevedo Pereira	Athletico Paranaense/PR
Motivo: A1.2. Dar ou tentar dar uma rasteira ou um calço em um adversário de maneira temerária na disputa da bola - Por dar um calço em um adversário de maneira temerária, na disputa de bola.				

59.

Conceitualmente, confirmando que se trata de acusação sem qualquer respaldo fático ou jurídico, referende-se que a Lei n. 14.597/2023 foi criada com o propósito de proteger a autonomia esportiva (principal bem jurídico), além da ordem econômica esportiva, a integridade esportiva e a cultura da paz no esporte;

59.1.

Inclusive, neste sentido, a Convenção do Conselho da Europa dispõe que a manipulação de competições esportivas deve ser definida como: *“Um arranjo, ato ou omissão intencionais destinados a uma alteração imprópria do resultado ou do curso de uma competição esportiva, a fim de remover, ao todo ou em parte, a natureza imprevisível da referida competição esportiva, tendo em vista obter uma vantagem indevida para si mesmo ou para outros”*;

60.

Não se nega a gravidade da acusação por corrupção esportiva e os seus nefastos efeitos que comportamentos como este podem gerar, colocando em risco o resultado de uma competição e a própria credibilidade e fidedignidade dos campeonatos, sendo, portanto, necessária a intervenção do Direito Penal no campo desportivo;

60.1.

Contudo, ao mesmo tempo que não se pode fechar os olhos para a repercussão negativa que tais comportamentos podem gerar, importante que se tenha em mente que o fato do Suplicante ter sido advertido com um simples cartão amarelo não causou qualquer dano ao resultado da competição esportiva, não influenciou na classificação das equipes que disputavam o Campeonato Brasileiro do ano de 2022 – além de sequer haver nexo de causalidade com as apostas esportivas realizadas pelo grupo investigado (visto se tratar apenas de uma falta tática natural do esporte para impedir o promissor contra-ataque da equipe adversária que poderia culminar em gol e derrota de sua equipe);

60.2.

Como exemplo disso, assinale-se que o simples fato de um atleta praticar uma infração faltosa durante a partida (ainda que ajustada com apostadores, que não é o caso do Suplicante), ainda assim, tal conduta não faz com que sua equipe vença ou perca o jogo em razão desse ato;

61.

Segundo os ensinamentos do advogado especialista em Direito Penal e Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva de São Paulo, Vinicius Lapetina: *“A dinâmica do evento esportivo é influenciada por cada detalhe que ocorre no seu desenrolar, mas não há como cravar que toda ação possui, inevitavelmente, força suficiente para influenciar de forma direta no resultado de um jogo de futebol. Nesse sentido, como pensar que a advertência de atletas com cartão amarelo, por exemplo, tem mandatória repercussão no placar final do jogo? É necessário analisar os detalhes de cada caso. Somente assim conseguimos pontuar se determinado evento teve ou não teve capacidade efetiva de alterar o resultado da partida. Em situações cruciais de um jogo de futebol, como a marcação de um pênalti ou a anotação de um gol contra, é possível deduzir, com mais firmeza, que tais atos, praticados por atletas corrompidos, tiveram influência real no placar final da partida. O tratamento de casos de manipulação de resultados em eventos esportivos por meio da Justiça Criminal é a forma mais drástica disponível para abordar o tema, visto que envolve a possibilidade de prisão de seus possíveis autores. Justamente por contar com o braço forte do Estado, na medida em que ordens de privação de liberdade podem ser observadas, a tutela penal nesses casos deve ser aplicada de forma extremamente criteriosa e ponderada pelas autoridades competentes. Nesse caminho, deve-se levar em conta que, ainda que considerada repugnante, antiética e contrária aos princípios do desporto profissional, a prática de atos antidesportivos não pode ser enquadrada como crime — excluindo-se, de pronto, o tratamento penal —, quando afastada a capacidade de interferência real em resultado de partidas”⁸;*

⁸ Nem todo ato de manipulação no futebol configura crime. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-ago-16/vinicius-lapetina-manipulacao-futebol-configuracao-crime/>

62.

O português Tomás Gregório assim defende:

“Basta imaginar a situação em que um terceiro solicita ou promete vantagem a um agente desportivo, não para alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva, mas para conformar as incidências da competição de acordo com a sua vontade – por exemplo, fazer com que um jogo de futebol alcance a incidência de mais de vinte pontapés de canto em noventa minutos – o designado match-fixing. Esta conduta, apesar de ser capaz de violar a verdade e lealdade desportiva, não integra o tipo de crime de corrupção, que apenas se preocupa com a alteração ou falseamento do resultado.”⁹;

63.

Noutras palavras, o ato de praticar uma infração de maneira deliberada e proposita para ser punido com um cartão amarelo, ainda que afronte a pura moral à luz da ética esportiva e do profissionalismo desportivo, não satisfaz as elementares inerentes ao tipo penal previsto no artigo 198 da Lei n. 14.597/2023;

64

Induvidosamente, rogata venia, por todos os argumentos apresentados, sobretudo pela ausência do elemento essencial à caracterização do delito imputado ao Suplicante, descrito no tipo penal do art. 198 da Lei n. 14.597/2023 (“corrupção esportiva”) consistente na alteração do resultado da competição, requer seja reconhecida a atipicidade da conduta, sendo o Suplicante absolvido sumariamente, nos termos do artigo 397, III, do Código de Processo Penal;

⁹ GREGÓRIO, Tomás de Almeida. A corrupção desportiva em Portugal: exame comparativo e análise do regime instituído pela Lei n.º50/2007. Dissertação (Mestrado). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2019, p. 38.

**DAS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS QUE DEVEM SER EXECUTADAS
ANTES DO EXAME DA CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO DA
INICIAL.**

“O princípio da busca da verdade real que existe no sistema de nosso Código de Processo Penal, como acentua sua Exposição de Motivos, permite que, ainda quando em revisão criminal, se promovam diligências para a apuração da verdade ou não do que alega o requerente a seu favor.” (STF – Rel. Min. Moreira Alves – HC 68.088)

65.

Excelência, apesar de incomum, mas para que não seja tomada qualquer decisão precipitada e injusta, postula-se sejam realizadas relevantes diligências, até para que se atenda o princípio da amplitude de defesa e o devido processo legal;

66.

A Lei Penal Adjetiva permite que a Defesa argua preliminares e suscitar questões atinentes à defesa de seu constituído. É justamente nesta direção, somado àqueles dogmas inseridos na Carta Magna, que se pretende a realização de diligências visando amparar à tese defensiva que será desenvolvida ao longo da instrução do feito;

67.

Data venia, não se pode dar início a ação penal, sem providências imprescindíveis;

68.

Daí requer-se:

- (i) *seja concedido acesso aos autos do procedimento cautelar n. 5032630-39.2023.8.09.0051, bem como de todas as mídias atreladas ao PIC que embasou a deflagração dos presentes autos, as quais foram depositadas em cartório e contém o conteúdo de todas as oitivas realizadas na fase extrajudicial;*
- (ii) *seja determinado que o GAECO/MP informe se espelhou o conteúdo original dos celulares e aparelhos eletrônicos apreendidos antes de manuseá-los, em caso positivo, que comprove como manteve a cadeia de custódia da prova, bem como providencie cópia para essa Defesa;*

69.

Imprescindível colocar que as diligências requeridas não comportam caráter procrastinatório, muito pelo contrário, visam à descoberta da verdade real/processual dos fatos. Diziam como diz respeito à descoberta da verdade dos fatos e a evidenciar a inexistência do fato descrito na denúncia ministerial¹⁰;

69.1.

A Defesa constituída não tem meios e nem como – **sem a intervenção judicial** – para conseguir essas respostas, precisando de intervenção deste juízo para a finalidade pretendida. As diligências listadas apresentam relevância e pertinência com o que se apura no presente feito. Trata-se de Direito legítimo da parte¹¹;

¹⁰ Bem a propósito o Magistério de Ada Pellegrini Grinover, Scarance Fernandes e Gomes Filho “in Nulidades do Processo Penal, pag.107” neste ponto específico, avaliando o Direito à prova, concluem: “Nos Estados Unidos da América fala-se de um verdadeiro right to evidence em favor de quem age e se defende em juízo, garantido pela cláusula do due process of law. Na Itália, a Corte Constitucional afirmou que a garantia constitucional fica prejudicada quando se limita o direito à prova. Na então Alemanha Federal sempre se reconheceu o direito à prova, que não se esgota na faculdade de produzi-la, mas compreende uma verdadeira pretensão a vê-la admitida. Entre nós, a doutrina não se afasta dessas posições. A jurisprudência brasileira é tranquila nesse sentido, falando da imprescindibilidade de se conferirem à ambas as partes todos os recursos para oferecimento da matéria probatória. E, se tal não ocorrer, fala a jurisprudência, genericamente, em cerceamento de defesa ou de acusação”;

¹¹ “No processo penal, mais do que em qualquer outra seara, tendo em vista que está em jogo a liberdade do acusado ou até o estigma causado por condenação, exige-se um rigor adicional na observância do princípio da ampla defesa. Mais do que

70.

Portanto, permissa venia, antes de se examinar sobre a viabilidade ou não do recebimento da peça preambular acusatória e porque a diligência suscitada se mostra relevante à busca da verdade ora trilhada, postula-se o deferimento e a realização da diligência requerida, dando-se nova oportunidade a esta Defensoria para complementação da peça preliminar ora apresentada;

DOS PEDIDOS

“É preciso que a narrativa expressa numa denúncia que pretenda apoiar-se com exclusividade, em inquérito policial, aí encontre lastro em elementos que façam verossímil a acusação. Ela não pode repousar sobre exercícios meramente especulativos, inspirados por suspeitas que não ostentam sequer o status do indício. Não é possível permitir que o cidadão venha a padecer de todos os ônus, dissabores e preocupações que inevitavelmente o processo penal acarreta, se não há motivo bastante para isso. A tal propósito, Frederico Marques, depois de dizer inviável a instância de faltar elementos que instruem a denúncia para fundamentar a opinio delicti do órgão da acusação, leciona que “a persecutio criminis sempre afeta o status dignitatis do acusado e se transforma em coação ilegal, se inepta a acusação. A falta de justa causa para a coação processual, que se traduz na propositura da ação penal, é motivo, até, para a impetração da ordem de habeas corpus.” (STF – Rel. Min. Francisco Rezek – RHC 64.439)

71.

Pelo exposto, requer-se:

simplesmente se abrir ao acusado a chance de se defender, é preciso que a defesa seja realmente exercida”. (STJ – Rel. Min. Félix Fischer – HC 18.693).

- Preliminarmente:

(i) seja reconhecida a inexistência de conexão com os fatos pretéritos, afastando-se, por conseguinte a prevenção aventada pelo Ministério Público, sendo DECLARADA A INCOMPETÊNCIA desse MM. Juízo para processar e julgar o feito;

(ii) seja DECLARADA A INÉPCIA da peça acusatória, por violação expressa ao artigo 41 do CPP, sendo a denúncia rejeitada, nos termos do artigo 395, I, do CPP;

- E, quanto a admissibilidade da acusação:

(i) seja DECLARADA A FALTA DE JUSTA CAUSA da acusação, sendo a denúncia rejeitada, nos termos do artigo 395, III, do CPP;

(ii) seja RECONHECIDA A ATIPICIDADE DA CONDUCTA, sendo declarada a absolvição sumária do Suplicante, nos termos do artigo 397, III, do CPP;

Pedidos subsidiários:

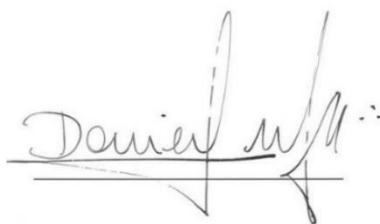
(i) sejam deferidas, nos termos do artigo 396-A do CPP, as diligências detalhadas e listadas;

(ii) sejam pessoalmente intimadas as testemunhas a seguir arroladas, e deferida todas as demais formas legítimas de obtenção de provas em Direito admitidas.

*E em assim fazendo, estará Vossa Excelência,
uma vez mais, praticando a mais lúdima, real e verdadeira*

JUSTIÇA!!!

*Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.
De São Paulo/SP para
Goiânia/GO, 12 de abril de 2024.*



P.p. DANIEL LEON BIALSKI
OAB/SP 125.000



P.p. LUIS FELIPE D'ALÓIA
OAB/SP 336.319



P.p. GUSTAVO ALVARES CRUZ
OAB/SP 386.305

ROL DE TESTEMUNHAS

1. *Cleber Da Silva Santos - Av. Pres. Castelo Branco, 307 – Aviação, Praia Grande/SP;*
2. *Carlos Henrique Neves Melo;*
3. *Antonio Carlos de Sa Andrade;*
4. *BRYAN JAHIR GARCIA REALPE, equatoriano, atleta profissional de futebol, CPF: 802.113.499-25, end: Cond. Residencial Brasília, Casa 48, R. Mario Zanlorenzi, 2070, Campo Comprido, Curitiba-PR, tel: 41 9132-5111;*
5. *DIEGO PORFÍRIO DA SILVA, brasileiro, atleta profissional de futebol, CPF: 482.866.278-22, end: R. Abolição, 1000, Campinas/SP, tel: 12 98253-6655, email: diegoporfirio.06@gmail.com;*
6. *SÁVIO ANTÔNIO ALVES, brasileiro, atleta profissional de futebol, CPF: 120.923.576-54, end: R. Don Sanches I, 35, Vila do Conde, Portugal (sede do Rio Ave) ou R. Joaquim Moreira, 170, Vila do Conde, Portugal, tel: 9 9231-1313, e-mail: savio6208@gmail.com;*
7. *SEVERINO DO RAMO CLEMENTINO DA SILVA, brasileiro, atleta profissional de futebol, CPF: 061.821.134-99, end: R. Constantino Cerqueira dos Santos, 20, ap. 102, Belo Horizonte-MG, tel: 71 9 9234-2389, e-mail: ninopa-raiba02@hotmail.com;*
8. *VITOR MENDES ALVES, brasileiro, atleta profissional de futebol, CPF: 035.066.872-80, end: Av. Presidente José de Alencar, 1515, Bl. 03, Ap. 1412, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, tel: 54 99147-7665, e-mail: vitoralves02@icloud.com;*